



O coronavírus põe a nu a **CATÁSTROFE** **SOCIAL** do capitalismo



**QUE OS CAPITALISTAS
PAGUEM A CRISE!**

**Nenhum corte! Nenhum despedimento!
Nacionalização de todo o sector da saúde já!**



Perante a crise, o governo protege os capitalistas. Só a classe trabalhadora salva a classe trabalhadora!

A pandemia do novo coronavírus acelerou todos os processos e aprofundou todas as contradições de um capitalismo mundial que já se encontrava à beira da recessão. A crise iniciada este ano ameaça deixar a *crash* de 1929 na sua sombra.

Por todo o mundo, as burguesias nacionais procuram desde já exportar para fora das suas fronteiras os efeitos económicos e políticos da crise, perturbando drasticamente até mesmo as relações internacionais que resistiram ao abalo da Grande Recessão de 2008, e dando os primeiros passos numa ofensiva total contra a classe trabalhadora. É isto que vemos a nível de União Europeia, com os primeiros impasses em reuniões à volta de questões como a mutualização da dívida pública com a emissão de *eurobonds* ou as regras orçamentais a seguir durante e após a pandemia.

A burguesia portuguesa, classe dirigente de um país cada vez mais dependente e que assentou o grosso do seu crescimento no turismo (que era, no início da crise, cerca de 14,5% do PIB) e na especulação imobiliária, sabe que a economia nacional será duramente atingida. O INE estima que uma redução de 25% da actividade do sector do turismo corresponda a uma queda de 2,9% do PIB, e é altamente improvável que o turismo sofra uma redução de apenas 25%. Aliás, segundo a OCDE, durante o período de paragem parcial da produção e confinamento que estamos a atravessar, Portugal terá uma queda de

cerca de 25% não da actividade do turismo, mas antes de todo o PIB. Pouco surpreendentemente, as previsões de queda do PIB para o ano completo pioram a cada semana. O ISEG começou por colocá-las entre os 4 e os 8% no início do mês, mas agora, nas palavras de Mário Centeno, ficamos a saber que pode chegar aos 10%. E esta é uma previsão optimista se tivermos em conta que o ministro das finanças, na mesmíssima ocasião, admitiu que por cada 30 dias a funcionar nas condições actuais, a economia teria uma contracção de 6,5%.

A confusão destas contas é total não só por lidarem com uma doença que é ainda imprevisível — não se sabe sequer se haverá uma segunda vaga, não se sabe quando podemos contar com uma vacina, não se entende ainda os efeitos da infecção a longo prazo, etc. —, mas ainda por dependerem da forma como se desenvolve a luta de classes. A incerteza assombra todas as decisões da classe dominante. Apenas uma coisa é certa: em capitalismo não há qualquer solução para uma pandemia ou para uma crise destas proporções, exceptuando aquela que usa em todas as crises: destruir forças produtivas, despedir trabalhadores em massa, privatizar e destruir serviços públicos, aumentar drasticamente a repressão... em suma, afundar na miséria e na violência a maioria da população. E para salvar o capitalismo, sem dúvida alguma, não existe alternativa. É por isso que rejeitar este rumo, em qualquer país do mundo, significa-

ta rejeitar todo o sistema.

Salvar os capitalistas, sacrificar os trabalhadores

O ruído da comunicação social burguesa — nacional e internacional —, que agora elogia Portugal como um “milagre”, esconde que a política do governo Costa não se distingue em nenhum aspecto fundamental da política seguida pelo governo espanhol, pelo italiano ou por qualquer outro governo da Europa que tenha conhecido um resultado menos “milagroso”. O essencial da política dos governos capitalistas é comum a todos: salvar os lucros à custa dos salários e das vidas de trabalhadores.

Em Portugal, logo à partida, isso significou dar mais de 9.200 milhões de euros de liquidez às empresas, além de benefícios fiscais, alívio dos impostos sobre o capital, facilitação dos despedimentos, despedimentos colectivos, redução de horário, *lay-offs* e férias forçadas. Medi-

das destinadas fundamentalmente às grandes empresas e multinacionais, claro. Como todas as crises, este é um momento de gigantesca concentração de capital, com dezenas de milhares de pequenas empresas a dirigir-se a passos largos para a ruína enquanto um punhado de multinacionais açambarca quantidades imensas de riqueza. Como exemplo, veja-se a comparticipação do Estado no pagamento dos salários dos trabalhadores em *lay-off*. Sendo uma das mais hipócritas medidas do go-

verno — apresentada como ajuda “às famílias” quando não passa de uma enorme oferta de dinheiro público às empresas e de uma permissão para rebaixar salários —, é ainda assim completamente inútil para uma grande parte das pequenas empresas. O Estado só transfere o dinheiro após a empresa pagar todos os salários, o que significa que qualquer pequeno empresário que não tenha liquidez suficiente para isso após semanas (ou até meses) de paragem tem apenas duas opções: declarar falência ou forçar os trabalhadores a produzir durante a pandemia. Ora, como a história não se cansa de demonstrar, qualquer patrão — quer seja grande, quer seja pequeno — protege sempre o seu capital acima de tudo, e certamente acima da segurança e das vidas dos trabalhadores que explora. No final das contas, a medida do governo serve para garantir uma futura injeção massiva de dinheiro público unicamente nas grandes empresas.

E que medidas tomou este governo para proteger os trabalhadores? Em boa verdade, nenhuma. Só nos primeiros dias do mês de Abril, houve 4.098 novos despedidos por dia e 35 despedimentos colectivos. Há centenas de milhares de trabalhadores em *lay-off*, em férias forçadas, com redução de horário, etc. É uma gigantesca sangria de salários. Enquanto isto, a quase totalidade dos trabalhadores que mantêm o seu posto de trabalho é forçada a trabalhar sem equipamentos de protecção individual (EPI), mesmo em sectores completamente inúteis para enfren-

tar a pandemia. As maiores empresas recusam-se a parar a produção.

A Teleperformance é um caso ilustrativo. A grande multinacional francesa de call-centers recusou-se a encerrar as suas portas mesmo depois de 5 casos confirmados de COVID-19 entre os trabalhadores de um dos seus edifícios.

Outro caso emblemático é o da fábrica da empresa Eugster Frismag, capital suíço. Esta empresa preparava-se para fazer um despedimento colectivo de 50 trabalhadores quando o director da sua fábrica, em Torres Vedras, foi diagnosticado com COVID-19. Os trabalhadores foram mantidos nos seus postos de trabalho, todavia. Quando finalmente se decidiu parar a produção, foi em regime de férias forçadas. Por fim, escassos dias após a paragem, os patrões suíços ordenaram que se retomas-se a produção numa fábrica com cerca de 1.000 operários. O risco é enorme para as famílias de todos estes trabalhadores, que voltaram à fábrica sob a ameaça do despedimento e o terror do contágio.

Por fim, pode ainda ser dado um exemplo da função pública, que ocorreu na Câmara Municipal de Lisboa (CML), um dos principais empregadores do país, acima da maior parte dos ministérios. As chefias e o actual dirigente do Sindicato de Trabalhadores Municipais de Lisboa (STML), da CGTP, tiveram conhecimento de casos de infecção por coronavírus entre os cantoneiros — trabalhadores de limpeza urbana e recolha de lixo —, mas decidiram esconder esta informação dos trabalhadores, que continuaram a desempenhar sem qualquer tipo de EPI o seu trabalho essencial e tão vergonhosamente mal pago.

Casos como o da Teleperformance, da Fresmag ou da CML estão actualmente a ocorrer por todo o país, em todos os sectores, sem que o governo os trave de maneira alguma. Pelo contrário, o decreto do Estado de Emergência suspendeu o direito à greve precisamente para permitir que estes ataques prossigam sem que os trabalhadores possam resistir de qualquer forma legal. Os traços repressivos do Estado português, como está a acontecer com os Estados capitalistas de todo o mundo, acentuam-se cada vez mais durante a pandemia, respondendo a uma necessidade impreterível da burguesia.

O governo, parafraseando Engels, actua unicamente como comité de administração dos assuntos da classe burguesa, transferindo riqueza do sector público para os bolsos dos grandes capitalistas, colocando o peso da pandemia e da crise económica sobre os ombros da classe trabalhadora, afundando no desemprego e na pobreza milhares de famílias trabalhadoras, além de vastos sectores das camadas médias. Eis o cerne da política de Costa.

O “milagre português”

Se a política do governo português não se distingue em nenhum traço geral da seguida pelo governo italiano ou espanhol, como se explica, então, que o número de mortes diárias em Portugal se tenha mantido abaixo das quatro dezenas até agora, ao passo que nesses países as mortes dispararam para as centenas em poucas semanas?

A diferença está hoje para lá de qualquer dúvida. Com a sua primeira morte de COVID-19 a 22 de Fevereiro, exactamen-

te um mês mais tarde, a 22 de Março, Itália teve 793 mortes num único dia e um total de 5.476 mortes. Em Portugal, a primeira morte foi a 16 de Março e, contudo, até hoje, dia 14 de Abril, nenhum dia registou mais de 40 mortes e o número total de mortos é 567. Mesmo tendo em conta as diferenças de população e olhando para as mortes por milhão de habitantes, Portugal mantém-se distante do caso italiano, espanhol ou francês.

As legítimas críticas de cientistas que têm sido dirigidas à DGS e ao Ministério da Saúde pela forma como produzem e publicam dados, e até mesmo as mais duras críticas que denunciam o desfasamento entre os números oficiais e a realidade, não servem aqui de explicação. Em parte por incompetência, subfinanciamento da ciência e da saúde, geral falta de preparação dos governos, e em parte porque uma pandemia coloca dificuldades intransponíveis à recolha de dados, todos os países têm sem dúvida alguma números afastados da realidade. Além disto, diferentes países têm seguido muito distintas políticas no registo das mortes — uma das mais absurdas foi a do governo francês, que só muito recentemente passou a contabilizar as mortes de COVID-19 que ocorrem fora dos hospitais. Ainda acima de tudo isto, está algo evidente: uma tragédia de mais de seis ou sete centenas de mortes por dia — que em Itália significou a mobilização de camiões militares para transportar caixões e no estado de New York já provocou a abertura de valas comuns para sepultar o número crescente de corpos — é algo impossível de ocultar. Tentar explicar os números da pandemia em Portugal através da falsificação ou da ocultação de dados é entregar-se a absurdas teorias da conspiração.

A explicação deve ser encontrada, em primeiro lugar, na própria estrutura social e económica. Portugal é um país com cada vez menos indústria, com um grande sector de serviços, com enormes parcelas do território parcamente populadas e com apenas duas áreas metropolitanas de dimensão significativa à escala europeia: Lisboa e Porto.

O sector do turismo teve uma paragem abrupta e, com ele, dezenas de milhares de trabalhadores foram mandados para casa desde logo nas duas maiores cidades e no Algarve. Mas o factor mais relevante, no aspecto económico, é mesmo a fraca industrialização da maior parte do território. A importância da indústria na pandemia é notável tanto em Portugal como em Itália. Em ambos os países, a maioria dos casos dá-se no norte, onde há mais fábricas. Em Portugal, mais de metade de todos os casos até agora foi registado no norte do país, onde há um grande número de fábricas com mais de uma centena de trabalhadores, especialmente do sector têxtil e do calçado, muito ligados ao mercado italiano.

A isto é acrescido o facto de Portugal ter sido o último país da Europa ocidental onde chegou a pandemia. Os trabalhadores puderam ver a catástrofe italiana e tirar rapidamente as conclusões necessárias. A pressão sobre o governo português foi, por isso, mais repentina e atempada do que a exercida sobre o italiano, sobre o espanhol ou o francês. As medidas como o encerramento das escolas, em Portugal, foram tomadas mais cedo do que noutros países, e as medidas que o governo foi demasiado cobarde para tomar — por-

que prejudicavam os interesses do grande capital — foram efectivadas pela luta dos trabalhadores. Mesmo com a traição da direcção da CGTP — que se recusou a mobilizar para a luta durante todo o processo, limitando-se a pedir uma aplicação “justa” do Estado de Emergência —, imediatamente estalaram protestos, conflitos e até pequenas greves em vários locais de trabalho, especialmente em call-centers e nos centros comerciais. Os pequenos negócios perderam clientes tão dramaticamente que se tornou impossível manter a actividade. Com a excepção daqueles que continuaram a ser forçados a encher os transportes públicos para ir trabalhar, as ruas esvaziaram-se.

Por último, é importante destacar um factor que, não sendo exclusivamente nacional, jogou um papel fundamental: o Serviço Nacional de Saúde (SNS). Uma das mais importantes conquistas da Revolução Portuguesa, o SNS, mesmo depois de uma década de cortes e toda a espécie de ataques em benefício das empresas privadas de saúde, funcionando com falta de pessoal e equipamentos, continua a mostrar uma capacidade de resposta impressionante. As vidas salvas pelo SNS são incontáveis, e a pandemia tornou mais claro do que nunca que a saúde pública é a única com a qual a classe trabalhadora pode contar.

Assim se explica o “milagre” português, que de milagroso não teve nada, e no qual não se encontra qualquer mérito de um governo que caminha aos zigue-zagues e aos apalpos em todas as matérias de prevenção, mantendo os trabalhadores desprotegidos tanto perante o vírus como perante o patronato. Que não restem dúvidas: com a política do PS, caso a pandemia tivesse entrado na Europa por Portugal e não pela Itália, muitas mais vidas teriam sido perdidas. Só a classe trabalhadora salva a classe trabalhadora!

A burla dos “heróis” e da “unidade nacional”

O facto de nem o governo, nem o Ministério da Saúde ou a Direcção Geral de Saúde fazerem a mais infima ideia de como lhes correu tão bem uma política genocida de displicência e de cobardia, no entanto, não os impedirá de maneira alguma de procurarem apresentar-se como salvadores da pátria. A política burguesa, ou, melhor dizendo, toda a ideologia de uma sociedade dividida em classes sociais, é sempre tecida a mentiras. E se algo tem sido feito com fartura desde o surgimento da pandemia, é mentir.

A verborreia destes cretinos sobre “unidade nacional”, “guerra” e “heróis” serve para esconder o carácter de classe das suas políticas.

Começando pelos elogios que chovem agora sobre os trabalhadores da saúde, há que dizer que estes trabalhadores não precisam de ser chamados de “heróis” por aqueles que accionaram a requisição civil contra a greve dos enfermeiros, que aprovaram orçamentos do Estado austérios ano após ano e mantiveram o subinvestimento crónico do SNS enquanto canalizavam recursos para empresas privadas. O que os trabalhadores da saúde e toda a classe trabalhadora precisam é de um SNS de qualidade, gratuito e verdadeiramente presente em todo o território. O que vemos, por detrás da conversa dos “heróis”, é a pandemia a servir para

se fazer uma colossal transferência de riqueza do SNS para as empresas privadas da saúde. Os hospitais privados estão a receber até 13.000 euros do SNS por cada doente de COVID-19 que tratam, enquanto os laboratórios privados recebem 100 euros do SNS por cada teste realizado. Há quem lucre com a pandemia.

Quando os representantes políticos do capital nos dizem que estamos “todos no mesmo barco”, que temos de “ultrapassar estas dificuldades juntos”, que “não devemos politizar uma tragédia”, o que nos estão de facto a dizer é que nos querem quietos enquanto sofremos despedimentos massivos e todo o tipo de abusos às mãos dos patrões. Não, não estamos “no mesmo barco”. Se mantivermos a analogia naval, então há que dizer que as famílias trabalhadoras estão a afogar-se sem bote salva-vidas nas águas cada vez mais profundas desta crise enquanto os milionários e multimilionários fazem discursos sobre o sofrimento geral na segurança de um luxuoso iate. Esta sim, é uma imagem que representa a realidade devidamente, e que torna claro o que temos de fazer: tomar o iate de assalto e lançar ao mar estes parasitas sociais.

Que os capitalistas paguem a crise!

A crise económica e a política já são uma realidade consumada. A cada dia que passa, a burguesia impacienta-se mais, exigindo a “reabertura da economia”. O maior perigo que enfrentamos, agora, é o de um regresso precoce à produção. Isto já se passa no Estado espanhol, ameaçando deitar por terra todas as lutas e sacrifícios das famílias de classe trabalhadora.

Avisámos repetidamente que com a chegada da crise não restaria qualquer espaço para a conciliação de classes. Hoje, escrevê-lo é apontar uma obviedade. Os capitalistas e o seu Estado já mostraram estar dispostos a assassinar quantas pessoas acharem necessário para “salvar a economia”.

Da parte da nossa classe, a atitude deve ser exactamente a mesma. Que seja a burguesia a pagar a crise do seu sistema! E se alguém tem que morrer, pois que morra o capitalismo!

Isto é o contrário da política de conciliação de classes que tem sido seguida pelas direcções do PCP, do BE e da CGTP, uma política que tem de ser travada imediatamente. O cretinismo parlamentar, a traição que constituiu o apoio ao Estado de Emergência, os discursos vazios — que não passam do eco da política de “unidade nacional” —, a renúncia a organizar a luta, o rebaixamento do programa até este não passar de medidas inócuas para os lucros do capital, tudo isto é inaceitável e, na prática, tem correspondido a uma frente unida desta esquerda com o patrões e as suas organizações e partidos.

Mais do que nunca, é indispensável levantar o programa de nacionalização da banca, da saúde, da educação, dos sectores chave da economia e de todos os monopólios e grandes empresas sob controlo das organizações de trabalhadores. Um programa de luta! É preciso organizar a nossa classe mesmo sob o Estado de Emergência, e construir uma esquerda combativa que esteja à altura das enormes batalhas que estamos prestes a travar na guerra de classes.

ESQUERDA
REVOLUCIONÁRIA

Junta-te à **ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA** e contróla conosco as forças do marxismo internacional!
www.esquerdarevolucionaria.net • geral@esquerdarevolucionaria.net

@esquerdarevolucionaria.centelha @esquerda.revolucionaria @EsqRev

Reformados e pensionistas abandonados perante o coronavírus.

É preciso nacionalizar lares e misericórdias!

João Gorizia
Comité Executivo da Esquerda Revolucionária

A chegada da pandemia de coronavírus aos lares, residências para idosos e unidades de cuidados continuados (UCC) mostra a falência total de um modelo de assistência aos reformados e pensionistas baseado em instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e privados. Orientadas para o lucro, em vez do serviço público, estas instituições estão a colocar os trabalhadores e a população idosa em risco de vida.

Sobrelocação, falta de equipamento e de preparação

A 21 de Março, confirmavam-se 10 casos de coronavírus num lar de idosos em Sintra. A 28 de Março, 53 idosos infectados eram retirados à pressa de um lar em Vila Real; no mesmo dia, em Vila Nova de Foz Côa, a Santa Casa da Misericórdia apelava ao Ministério para intervir, uma vez que 47 utentes estavam infectados. Estes casos têm vindo a repetir-se de norte a sul do país, do litoral ao interior. Actualmente, mais de uma vintena de instituições para idosos possuem focos de contágio e cerca de 22% das vítimas mortais provêm deste tipo de instalações — e estes números crescem a cada dia.

As cadeias de transmissão iniciam-se geralmente através de funcionários que, obrigados a utilizar os transportes públicos juntamente com a restante classe trabalhadora, acabam por trazer o vírus para dentro dos lares. Por cima disto, a falta de equipamentos de protecção individual, a falta de formação e os espaços sobrelotados agravam a situação.

No Estado espanhol e em Itália vive-se uma situação verdadeiramente dramática, com utentes a ser abandonados dentro dos lares juntamente com os mortos, enquanto outros fogem das instituições. Só em Madrid, morreram pelo menos 1.065 idosos em lares durante o mês de Março. Em Portugal, a tendência é para que o número de casos e mortos continue a aumentar, uma vez que privados e Estado são incapazes de conter os focos.

O Estado burguês, através do Ministério da Saúde e da Direcção-Geral de Saúde (DGS), repete *ad nauseam* recomendações de conduta individual em tom paternalista e não enfrenta o verdadei-

ro problema: a falta de meios humanos e materiais. No caso dos lares e UCCs, a falta de funcionários é gritante. Cerca de 40% do pessoal faz parte de grupos de risco ou está a acompanhar a família ou dependentes, encontrando-se em quarentena. E este número tenderá a aumentar, à medida que estes trabalhadores ficarem infectados. Para os que permanecem ao trabalho, a carga horária e pressão acentuaram-se brutalmente.

De acordo com o CESP (Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal) e com o STSSS (Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social) generalizaram-se os regimes de semi-clausura impostos aos trabalhadores pelas administrações das IPSS e lares. Milhares de trabalhadores estão a ser forçados a efectuar turnos de 12 a 15 horas, muitos em regime de internato durante 1 ou 2 semanas. Quando alguns trabalhadores recusam, o patronato recorre ao assédio laboral, desmarcando férias ou impedindo os trabalhadores de aceder ao local de trabalho.

A falta de equipamento de protecção individual (EPI) e de treino especializado de auxiliares e enfermeiras para lidar com uma situação pandémica significa que muitos trabalhadores destas instituições já foram e continuarão a ser infectados pelo coronavírus, colocando a sua vida e das suas famílias em risco, ao mesmo tempo que se acentua a situação de abandono dos utentes.

E esta realidade pecará certamente por defeito, uma vez que existem muitas dezenas de lares não autorizados pelo país. É precisamente nesses lares que residem os idosos mais pobres e onde, perante uma situação de contágio, a situação será ainda mais grave.

Uma resposta tardia e inconsequente

O contraste entre as imagens de desespero das trabalhadoras a pedir ajuda à janela dos lares e as acções e discurso do governo não poderia ser maior. A resposta de Marta Temido, Ministra da Saúde, para a situação catastrófica que se está a viver nos lares foi, depois de insistir novamente na lavagem das mãos, aconselhar os lares a utilizar turnos rotativos de funcionários.

As declarações da Ministra foram imediatamente criticadas pelas associações do

sector. O Presidente da Associação Nacional de Cuidados Continuados afirmou que se a Ministra “soubesse como funcionam estas instituições, saberia que não há funcionários de segunda linha.”, admitindo inequivocamente a falta crónica de pessoal no sector. O provedor da Santa Casa de Foz Côa afirmou “Não somos um hospital”, revelando a absoluta falta de preparação destas instituições para lidar com situações de crise.

Para fazer face à falta de pessoal, os capitalistas e o seu Estado utilizam agora duas táticas: o voluntariado e a coerção. A Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social veio defender a requisição civil dos trabalhadores dos lares, ao mesmo tempo que não garantem a segurança e meios necessários a estes profissionais para que desempenhem o seu trabalho. A Ordem dos Enfermeiros lançou um apelo para os enfermeiros reformados — um grupo de risco — reforçarem as UCCs, enquanto que as IPSS apelam a voluntários (que não serão remunerados) para colmatar as faltas de pessoal nas instituições. Por fim, a Ministra da Saúde referiu a necessidade de preparar uma lista de funcionários e formá-los para desempenhar estas funções, devendo assumir-se “a necessidade de flexibilizar o local e o horário de trabalho”.

Mais recentemente, após decidir precisamente o contrário, a DGS acabou por entender a necessidade de testar todos os utentes e funcionários de lares da terceira idade e UCCs como forma de prevenção. Falamos de cerca de 61 mil organizações, o que significa que estes testes ultrapassam largamente a capacidade do sector público e serão feitos por laboratórios privados. O custo destes testes no privado será suportado pelos trabalhadores, uma vez que são as autoridades locais — câmaras municipais e juntas de freguesia — e o Ministério da Saúde quem será responsável pela grande maioria deles. Quem irá beneficiar, mais uma vez, serão os laboratórios privados, que já facturam mais de dois milhões de euros diários com os testes ao coronavírus.

As instituições de “solidariedade”, sempre a vangloriar-se de prestar um serviço público inestimável, movimentam milhões de euros anualmente e revelam-se agora incapazes de garantir sequer o direito à vida dos seus utentes.

Assistencialismo para os pobres, negócio para os capitalistas

O sector tão ironicamente apelidado de “economia social” compreende o conjunto de empresas e instituições sem fins lucrativos que providenciam serviços na área da assistência social e cuidados a pessoas dependentes, quer sejam idosos, crianças, toxicodependentes ou pessoas com mobilidade reduzida.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, é o segundo maior empregador no país, com 260 mil trabalhadores, na sua grande maioria mulheres, e representa 3,8% do PIB nacional. É um sector onde a maioria dos trabalhadores recebe o salário mínimo nacional, muitas vezes sem formação na área da geriatria, e sujeita a turnos nocturnos no caso dos lares e residências.

A história deste sector remonta à criação das misericórdias no final do séc. XV — instituições religiosas de caridade cristã e de assistencialismo a pobres e doentes. Durante o fascismo, as misericórdias mantiveram e aumentaram a sua importância como pilares ideológicos do regime. Hoje em dia, continuam a representar uma fatia muito significativa no sector.

De acordo com a União das Misericórdias Portuguesas (UMP) existem hoje 387 misericórdias no país, empregando 45 mil trabalhadores directos — dezenas de milhares destes, a recibos verdes — e prestando serviços a 165 mil pessoas por dia. A UMP é proprietária de um vasto e rico património imobiliário e conta ainda com 19 hospitais das misericórdias. No exercício de 2018, a UMP gerou na sua actividade 1,3 milhões de euros, tendo recebido cerca de 6,5 milhões de euros em subsídios e doações. E, por ser uma “entidade de utilidade pública”, esta máfia não paga um único cêntimo de impostos.

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), que não pertence à UMP, movimentou milhões de euros todas as semanas, sendo detentora dos direitos sobre os “jogos sociais”, isto é, o euromilhões e as raspadinhas. Só em 2018, estes jogos capturaram, sobretudo entre a classe trabalhadora e os mais pobres, 700 milhões de euros. Proprietária de um vastíssimo património imobiliário, a SCML emprega uma parte significativa da sua força de trabalho a recibos verdes, mostrando que, para os capitalistas, a caridade e a assistência social não passam de um negócio — ainda para mais, de um negócio que pode ser apresentado como um acto

de admirável benevolência e de profundo humanismo.

O falhanço do “sector da economia social”

Em vários artigos d’*A Centelha*, temos denunciado o desinvestimento crónico na Saúde e na Educação, enquanto as grandes empresas são brindadas com isenções fiscais e os bancos são resgatados com os impostos pagos pelos trabalhadores. O sector da “solidariedade social” não é diferente.

Na grande maioria das instituições, o Estado contribui com um subsídio mensal por utente, uma vez que os preços praticados em muitos lares e residências são tudo menos “sociais”. De acordo com o próprio Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, as transferências para IPSS e empresas do sector social através de acordos de cooperação registou um crescimento de aproximadamente 137% no período 2000-2018, atingindo, em 2018, os 1.371 milhões de euros do orçamento do Estado. O apoio a pessoas idosas corresponde a 43,4% destes acordos.

Ao invés de providenciar uma rede pública de unidades de cuidados continuados e paliativos, de centros de dia, de lares e residências para idosos e, numa perspectiva mais abrangente, também uma rede de creches públicas e instituições de apoio a pessoas com diversidade funcional e mobilidade reduzida, o Estado português nunca investiu verdadeiramente no sector. Essa tarefa — ou, na lógica capitalista, esse mercado — foi entregue aos privados e IPSS, transformando o direito aos cuidados de saúde física e mental, e a uma vida digna na velhice, não só num negócio como em mais um mecanismo gigantesco de transferência de riqueza do trabalho para o capital.

Esta privatização da assistência social significa uma discriminação para os

reformados mais pobres, que são “atirados” para lares — alguns deles ilegais — que funcionam sem o mínimo de cuidados básicos de higiene e alimentação. Num país envelhecido, como Portugal, as vagas são poucas e os preços praticados levam famílias de classe trabalhadora à ruína. Muitos lares, cientes da enorme procura, exigem aos utentes um pagamento avultado desde logo para reservar lugar.

Este modelo de assistência social na terceira idade não é muito diferente daquele que encontramos no Estado espanhol ou em Itália. Com cerca de 90% dos equipamentos nas mãos de privados (com fins lucrativos ou IPSS), a disparidade de instituições encontradas no mercado e a desarticulação destas com a DGS e com os profissionais de saúde pública tornaram-se claras durante a pandemia. O carácter de classe do Estado revela-se, uma vez mais, no resgate que a Segurança Social e o Orçamento do Estado (OE) estão a fazer neste momento a este sector: o Estado burguês salva a burguesia.

À ineficácia e incapacidade dos privados para enfrentar a pandemia, juntam-se as ajudas e benefícios dados pelo Estado enquanto estes mantêm a liberdade total para ameaçar os trabalhadores e continuar a gerar lucros de milhões. Os lares, as residências para idosos e as UCCs continuam a receber chorudas mensalidades, mesmo sendo incapazes de cumprir com a segurança e bem-estar dos seus utentes. O Estado, através da Segurança Social e do OE, está a custear os testes em massa a funcionários e idosos, a transferir e isolar idosos contagiados, a comprar EPIs para oferecer aos lares e a coordenar a criação de bolsas de voluntários ou trabalhadores para suprir as necessidades destas unidades. No fundo, perante uma situação de crise, o Estado custeia e gere os privados, enquanto estes ficam com os lucros.

A situação é particularmente gravosa se tivermos em conta a descapitalização que a Segurança Social — que é dinheiro dos trabalhadores — tem sofrido na última década.

As transferências massivas deste fundo para os fundos de pensões privados, valores em dívida, para pagar despedimentos colectivos e, agora, para pagar os lockouts patronais e ajudas à “economia” — ou seja, aos patrões.

A transferência massiva que se está a dar também no sector da assistência social, a coberto do coronavírus, não é mais do que um resgate financeiro às milhares de misericórdias, lares e UCCs privadas.

Um programa para enfrentar a crise

Os lares privados e as IPSS já eram claramente incapazes de garantir serviços acessíveis e de qualidade aos idosos de classe trabalhadora. A pandemia só veio demonstrar que este sistema, além de ineficaz, é potencialmente catastrófico. A nacionalização é nada menos do que uma necessidade, e deve ser feita com a integração da rede de lares no SNS sob controlo democrático dos trabalhadores!

Através das organizações representativas de trabalhadores deverão ser constituídos comités de distribuição de material médico necessário, de bens alimentares e outras necessidades logísticas. Devem ser também estes

comités a discutir e a votar os horários de trabalho destes funcionários e a gerir as bolsas de trabalhadores, que deverão receber formação técnica remunerada.

Todos estes trabalhadores devem ser integrados como efectivos no Estado, que deverá então assegurar um salário digno com pagamento de horas extraordinárias e pagamento de subsídio de risco e de turno, consoante os casos.

Devem ser igualmente nacionalizados todos os laboratórios de testes privados para que essa capacidade instalada seja colocada ao serviço de um plano massivo de testes, a nível nacional, que priorize os grupos de risco e os profissionais de saúde e dos lares.

A pandemia actual mostrou o falhanço do capitalismo em assegurar uma vida digna com condições a todos os trabalhadores e camponeses pobres, a nível mundial, e em particular para os mais idosos. Só um sistema regido pelas necessidades da população, e não pelo lucro, com uma economia planificada de forma democrática e sustentável, conseguirá garantir-nos um fim de vida digno. Esse sistema é o socialismo!





Coronavírus: a crise do sistema capitalista atinge duplamente as mulheres trabalhadoras!

Sofia Cazel
Comité Executivo da Esquerda
Revolucionária - Livres e Combativas

A crise do coronavírus cumpriu o papel de levar ao extremo todas as contradições do sistema capitalista, desmascarando-o e acelerando todas as suas tendências decadentes, com o estouro de uma crise económica que já se preparava. O impacto desta pandemia, após décadas de cortes e privatizações dos serviços públicos, deixa claras as linhas de classe: para a classe trabalhadora, significa miséria, despedimentos em massa e todos os tipos de ataques do patronato, a ruína do SNS, significa arriscar a nossa saúde por ter de ir trabalhar e apanhar os transportes lotados, e, em última instância, as nossas vidas e as vidas dos nossos familiares. Enquanto mulheres trabalhadoras vivemos esta situação de calamidade acrescida da violência machista, que permeia todas as áreas das nossas vidas. Assim como ocorre em todos os períodos de crise capitalista, somos as mais golpeadas, com o redobramento da carga que carregamos sobre as nossas costas. Com a actual pandemia do coronavírus não está a ser diferente.

No contexto desta crise, as tarefas de cuidados, que são os trabalhos mais feminizados, são indispensáveis para atender às necessidades da maior parte da população afectada pelo vírus, aqueles que não podem pagar por serviços privados e têm de manter-se a trabalhar. E são exatamente os sectores feminizados os que sofrem da brutal falta de investimento público: enfermagem, ensino, limpeza industrial, geriatria, etc.

O caso da enfermagem é muito claro: mais de 8 em cada 10 trabalhadores da enfermagem são mulheres¹. E se em períodos normais as condições de trabalho nos hospitais públicos são extremamente precárias, com 6,97 enfermeiras por 1.000 habitantes no país² abaixo da média de 8,8 da OCDE³, num período de pandemia esta situação é ainda mais nefasta. A falta de equipamentos de protecção nos hospitais e a consequente contaminação dos trabalhadores hospitalares, reduzindo ainda mais o número de enfermeiros, têm cria-

do condições deploráveis de trabalho. Para além de haver enfermeiros a realizar turnos de 12 horas, este caos significa riscos de saúde para todos os que têm contacto com estes trabalhadores, tanto nos hospitais como os seus familiares.

Outro exemplo que se tem destacado nesta crise é o das trabalhadoras da limpeza, sector também feminizado que, como demonstram já as diversas denúncias feitas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro - CGTP-IN, estão a trabalhar nos hospitais sem equipamento de protecção adequado. Fora dos serviços essenciais, que são uma minoria, este sector já extremamente precário está sob ameaça de despedimentos massivos. Ou seja, aqueles de nós que mantêm os seus trabalhos, correm o risco de ser contagiados e contagiar os seus familiares, aqueles de nós que são despedidos, são atirados à miséria a meio de uma crise sanitária mundial!

Contra isto, exigimos o direito à quarentena 100% remunerada para todos os trabalhos não-essenciais, a proibição dos despedimentos e a readmissão de todos os trabalhadores já despedidos durante esta crise, assim como a manutenção de todos os salários e direitos. Além disto, exigimos a nacionalização de todo o sector da saúde, a gratuidade dos tratamentos, o reforço dos materiais necessários e a contratação dos profissionais em falta no SNS!

Nem uma a menos! Queremo-nos vivas, livres e combativas!

Se somos afectadas pela violência machista nos nossos locais de trabalho, é nas nossas casas que a vivemos mais directa e intensamente. É em casa que o modelo de família burgueses nos relega a uma posição de subordinação, com muitas de nós a viver um quotidiano de abusos e humilhações. Assim, as consequências violentas do confinamento não são de forma alguma surpreendentes. Para além de agora termos de nos dedicar dias inteiros ao trabalho doméstico, esta situação é ainda mais insuportável para aquelas de nós que estão em regime de teletrabalho e têm de cuidar da casa e dos filhos enquanto trabalham para os patrões.

Por todo o mundo, a violência machista está a aumentar durante a quarentena. Os dados são gritantes: nos estados do Brasil já em quarentena, observou-se já um aumento de 40% a 50% dos casos de violência doméstica; na Catalunha e no Chipre, só nestes primeiros dias de quarentena, já foi possível observar um aumento de 20% e de 30% das chamadas de denúncia, respectivamente⁴. Em Itália, o número de chamadas para as linhas de ajuda caiu drasticamente, mas apenas porque as chamadas foram substituídas por uma onda de e-mails e mensagens — formas de comunicação mais discretas. Há relatos de mulheres a trancar-se nas casas de banho para pedir ajuda.

Em Portugal, que já antes da pandemia registava um aumento da violência machista — em 2019 foram 28 as vítimas de femicídio⁵, sendo que nos últimos meses do ano o aumento de presos por violência doméstica foi de 23% face ao mesmo período no ano anterior⁶ —, o cenário não é diferente. Dos quatro casos de femicídios deste ano, dois foram nas duas primeiras semanas de quarentena. Com ou sem pandemia, é necessária a criação de abrigos que recebam imediatamente todas as vítimas de violência doméstica, tenham todos os profissionais de saúde necessários e estejam integrados no SNS, e não sob a alçada de IPSS. Mais ainda, é preciso que nós, mulheres trabalhadoras, nos libertemos das quatro paredes das nossas casas não só durante a pandemia, mas de uma vez por todas! É preciso socializar o trabalho doméstico — construir e organizar uma rede pública de creches, lavandarias, refeitórios e restantes serviços que tornem o trabalho doméstico um trabalho social, feito de forma mais eficiente e ecológica.

A “liberdade de escolha”: mais uma mentira da classe dominante!

Uma outra face da opressão machista é a objectificação dos nossos corpos — nas suas forma mais extremas, a prostituição e

a pornografia. Nos períodos de crise, com despedimentos em massa, o capitalismo lembra-nos muito claramente a “escolha” de que dispomos quando caímos na miséria: a nossa fome e a fome dos nossos filhos ou a venda dos nossos corpos.

Logo após o início da quarentena, a procura da prostituição aumentou fortemente. Duas proxenetas de Lisboa, numa entrevista ao Jornal i, relatam como acharam que era “de chorar a rir” ter de desligar os telefones para parar de receber tantas chamadas de clientes⁷ — em plena pandemia, isto só demonstra a total desumanização das mulheres prostituídas aos olhos dos putanheiros e dos proxenetas! Da mesma forma, a violação filmada de mulheres tem sido anunciada por empresas milionárias de sites pornográficos como o consolo em tempos de confinamento. A nível mundial, no maior dos sites de pornografia, registou-se um aumento de visualizações de 18,5% — por cima dos já brutais 120 milhões de visitas diárias —, que sobe até aos 57% em países como a Itália⁸. Globalmente, destacam-se durante este período as pesquisas pelo termo “coronavírus”, que chegam já a quase nove milhões nos últimos 30 dias⁹. Como se não bastasse a miséria e a violência, esta pandemia ainda serve de fetiche sexual para consumidores de pornografia e prostituição, e para enriquecer ainda mais as empresas que lucram com a nossa objectificação.

Do lado da oferta, a quantidade de mulheres a anunciar seus serviços desde o início da quarentena é também brutal. São incontáveis os anúncios que continuam a ser publicados nas páginas dos jornais, com descrições como “Mãe solteira com dificuldades” em Lisboa. Nos sites online são dezenas de novos anúncios a cada hora. Isto em plena pandemia! Nestes anúncios, destaca-se a maioria brutal de mulheres negras e imigrantes, altamente feticizadas. Mais um facto que não causa espanto algum quando sabemos que são aquelas de nós que passaram pela imigração quem ocupa os trabalhos mais precários, privadas de direitos, consideradas ilegais e perseguidas pela polícia.

E quais são as condições de protecção destas mulheres contra o vírus? Sabemos que não existem. Para além disso, o aumento da oferta significa uma queda do preço, fazendo com que as mulheres prostituídas tenham de atender muito mais homens, multiplicando-se os contágios.

Nenhuma de nós deve ser forçada a vender o seu corpo para comer e dar de comer aos seus filhos! Exigimos a suspensão das rendas e dos pagamentos de água, electricidade, gás e comunicações para todas as famílias trabalhadoras durante o período de quarentena. Exigimos o controlo dos preços de bens essenciais e um subsídio de desemprego equivalente ao salário mínimo nacional. Exigimos a igualdade de direitos para todos os trabalhadores, nacionais ou imigrantes, e que não seja negado a ninguém o tratamento de saúde por não ter documentos!

Não podemos ser nós a pagar por esta crise com as nossas vidas!

Está na hora da organização e da luta!

Junta-te à Livres e Combativas!

7. Jornal i, edição nº3176, 27 de Março, 2020.
8. Pornhub, *Coronavirus Update*, 25 de Março, 2020.
9. Pornhub, *Coronavirus Insights*, 23 de Março, 2020.



A catástrofe capitalista e como combatê-la

Declaração da Esquerda
Revolucionária Internacional

Um programa e um partido para a revolução socialista

A pandemia do coronavírus tornou-se o acidente que expressa a necessidade. Todas as contradições económicas, sociais e políticas incubadas na última década estalaram violentamente, colocando a civilização perante uma encruzilhada histórica. A matança perpetrada contra dezenas de milhares de inocentes, e que se multiplicará nos próximos meses, é só o início. A paralisação geral da actividade produtiva e do comércio, a onda de despedimentos massivos e de sofrimento colectivo, que se forma paralelamente à crise de saúde, terá consequências profundas no futuro imediato.

Os Estados nacionais e a ditadura do capital financeiro — que domina todas

as esferas da vida económica e exacerba os conflitos interimperialistas — há muito que se tornaram um travão para o avanço das forças produtivas e do progresso da humanidade. As bases materiais que explicam o que acontece perante os nossos olhos estavam criadas de antemão. O vírus não é a barbárie, a barbárie é o capitalismo.

Guerra de classes

Os governos capitalistas e os seus meios de comunicação não deixam de recorrer à analogia com a guerra para descrever a situação actual. Isto não é por acaso: a propaganda usada para insuflar na sociedade o espírito chauvinista e patrioteiro chegou a níveis nauseantes.

A primeira vítima de uma guerra é a verdade. Foi assim em todas as guerras precedentes e é assim hoje, como comprova o chorrilho de grosseiras menti-

ras ditas pelos porta-vozes oficiais a cada hora que passa. O que nenhum deles diz é que a guerra de que nos falam já foi declarada pelos poderes capitalistas há décadas, arrasou com os direitos e serviços sociais, criou uma desigualdade obscena, degradou o meio ambiente a uma escala intolerável e reduziu países inteiros a escombros. É montada sobre esta guerra que pôde galopar a pandemia do coronavírus.

É certo que a velha prosperidade dos anos cinquenta, sessenta e setenta, nos EUA e na Europa, se desvaneceu há muito. Mas os acontecimentos destas semanas, mais do que qualquer imagem televisiva ou narração jornalística, ajudam a entender as razões de uma catástrofe que já atingia centenas de milhares de homens, mulheres e crianças em África, no Médio Oriente, na América Latina, esmagados pelo apetite imperialista.

O capitalismo, e apenas o capitalismo, predatório e insaciável, é responsável pelo actual desastre sanitário, económico e social — um desastre que marca um antes e um depois na história mundial. A consciência de vastos sectores da classe trabalhadora nos países capitalistas avançados está a sofrer o impacto dos acontecimentos, tal como a da juventude desapossada e precária, e ainda a de uma franja considerável das camadas médias empobrecidas. As conclusões mais avançadas que foram tiradas durante os últimos anos de crise, desemprego e privações — nos quais foram acumulados uma raiva e um ressentimento profundos — vão tornar-se mais definidas e consistentes. Qualquer um compreenderá as consequências revolucionárias deste facto.

Estamos perante uma guerra declarada contra a classe trabalhadora e os oprimidos. E, como acontece em toda a guerra de classes, podemos ver as atitudes mais egoístas, mesquinhãs e desonestas de cada burguesia nacional para justificar a sua posição e salvar-se a si própria às custas da sua concorrência. O exemplo da Europa capitalista, completamente dividida e mais uma vez arrastando pela lama os seus supostos “valores de solidariedade e bem-estar comum”, torna evidente a decadência e a degeneração da sociedade burguesa.

1. Dados da Ordem dos Enfermeiros, 2018.

2. Idem.

3. Dados da OCDE, *Health at a Glance 2019: OECD Indicators*.

A propaganda demagógica em “defesa da vida” surge agora como uma pinda cruel. Trump e o punhado de multimilionários que controlam a indústria e a política estado-unidense foram muito francos: morrerão centenas de milhares, mas o importante são os 2,2 bilhões de dólares aprovados pelo Congresso e pelo Senado para salvar as grandes empresas do Dow Jones e da Nasdaq. Na europa, por debaixo dos floreados retóricos, todas as decisões adoptadas seguem o mesmo padrão, quer se trate do governo PSOE-Unidas Podemos no Estado espanhol, do executivo de Conte em Itália, de Macron em França ou do governo de coligação CDU-SPD presidido por Merkel na Alemanha.

Mais de 6 bilhões de euros em recursos públicos são mobilizados pelos governos e bancos centrais das nações mais poderosas. O objectivo? Garantir a “solvência” das multinacionais e da banca com um jorro de liquidez capaz de cobrir o buraco deixado pelo colapso das bolsas; conseguir que os livros de contas sejam a menos afectados possível. Repete-se a história da Grande Recessão de 2008, mas a uma escala muito maior. Aquela data, prometeram-nos aprender todas as lições sobre a desregulação financeira. Dez anos mais tarde, e ante uma bolha especulativa com o dobro do tamanho, põem em marcha as mesmas soluções sabendo de antemão que não poderão deter a agonia do capitalismo mundial. É uma farsa.

A propaganda capitalista tem o guião plenamente estabelecido. Tentam apresentar-nos estes acontecimentos como algo inevitável, dizer-nos que enfrentamos uma força “descontrolada e imprevisível”. Mas as grandes potências conheciam muito bem a gravidade do que se preparava. Quando o regime chinês decidiu o confinamento total da região de Hubei e da sua capital, Wuhan — com 60 milhões e com 11 milhões de habitantes, respectivamente —, nem União Europeia (UE), nem nos EUA, nem no Reino Unido se tomaram quaisquer medidas preventivas que fossem efectivas e contundentes.

As mentiras mil vezes repetidas pela classe dominante foram servilmente respaldadas pela social-democracia tradicional, assim como pelas novas formações da esquerda reformista que se arrastam atrás dela. No seu empenho em salvar o capitalismo por meios “democráticos”, não se abstêm de fazer o trabalho sujo dos grandes poderes económicos.

Esta brutal matança está a ser denunciada no mundo desenvolvido por milhares de trabalhadores da saúde, que arriscam a vida no meio deste colapso dos sistemas de saúde públicos... Na América Latina, em África, no Médio Oriente e em muitas outras zonas do globo, a situação é ainda mais desesperada e com consequências catastróficas. E o mesmo se dá nos EUA, onde a existência da tecnologia mais avançada do planeta, por estar sujeita ao controlo dos grandes monopólios capitalistas, não impedirá que a pandemia se espalhe como a peste medieval.

A burguesia e os políticos a seu soldo — incluindo-se aqui a social-democracia em todas as suas variantes e a burocracia sindical —, as televisões, os jornais, os especialistas e politólogos, todos nos chamam a combater como “soldados” e



levantam ardentemente a palavra de ordem da unidade nacional. “Todos unidos a remar para o mesmo lado”. Mas somos nós quem soma os mortos e sofre desde já o flagelo do desemprego e da miséria. Que nos une a essa oligarquia de multimilionários que com as suas decisões fazem a catástrofe crescer a cada hora que passa?

O sistema precisa do cimento da “unidade nacional”. Com que finalidade? Estrangular a nossa consciência, a consciência de quem realmente sofre nesta guerra, e alcançar a nossa submissão. Mas as insurreições, levantamentos e revoluções que sacudiram o Chile, o Equador, a Bolívia, as Honduras, o Sudão, a Argélia, Hong Kong, as greves gerais em França, as mobilizações de massas que por todo o mundo tiveram as mulheres trabalhadoras ou a juventude contra as alterações climáticas, a rebelião do povo catalão na luta por uma república, toda esta encarniçada luta de classes que vivemos, todos estes acontecimentos e tantos outros, anunciam uma nova era e foram uma grande escola.

O programa chauvinista da “unidade nacional” choca com a experiência passada e presente das massas, e será por isso mesmo trucidado pela rebelião global da classe trabalhadora. Só é preciso um pouco de tempo para que a neblina da demagogia burguesa se dissipe.

O desastre económico fará recrudescer a luta inter-imperialista

Os números do colapso económico actual só podem comparar-se aos de uma guerra devastadora.

Segundo o Instituto Internacional de Finanças, as economias dos EUA e da UE, no primeiro semestre deste ano, vão colapsar 10% e 18%, respectivamente. Segundo a multinacional Morgan Stanley, a contracção da economia estado-unidense será de 30% entre Março e Junho, e a taxa de desemprego aproximar-se-á dos

13%. O gabinete de estudos do Deutsche Bank fala da pior caída desde os anos 30 do século passado, com o *crash* de 1929.

Um panorama semelhante é vislumbrado pelos organismos oficiais. A Reserva Federal (Banco Central dos EUA) estima uma queda de 50% do PIB estado-unidense neste ano. No pior momento da Grande Depressão, entre 1929 e 1933, o PIB retrocedeu 30%. Esta mesma fonte afirma que o desemprego poderá subir até aos 47 milhões, portanto, uma taxa de desemprego de 32%, e projecta ainda para 67 milhões o número de estado-unidenses que estão empregados com alto risco de despedimento.

A situação da China também é muito problemática. Os números oscilam entre uma queda de 4,2% ao longo do ano, de acordo com o prognóstico do Standard Chartered Bank, e uma queda de 9%, prevista pela Goldman Sachs. Nos primeiros meses de 2020, a produção industrial do gigante asiático recuou 13,5%, enquanto as vendas a retalho desceram 20,5%.

No mundo ex-colonial a perspectiva é ainda mais dramática. Na América Latina — onde 30,1% dos 629 milhões de habitantes do continente é pobre, e onde 10,7% dos pobres vive na miséria — a taxa de informalidade laboral era, em 2018, de 53% (140 milhões de trabalhadores). Nestas circunstâncias, basta ter as estimativas de infectados e mortos nos países desenvolvidos para vislumbrar a hecatombe eminente na América Latina, em África, no Médio Oriente e em muitas regiões do continente asiático.

Os efeitos desta crise serão tão profundos quanto a sua dinâmica é destrutiva. É por isso importante não perder de vista duas consequências imediatas na economia global: em primeiro lugar, uma tendência crescente para o proteccionismo, para o aumento das taxas alfandegárias e para o nacionalismo económico; em segundo lugar, e como corolário disto, o recrudescimento da luta imperialista pelo mercado mundial.

Muitas vozes, incluindo algumas que se declaram “marxistas”, já declaram o óbito da economia chinesa e afirmam que sofrerá um golpe devastador. Sem dúvida, a contracção do mercado mundial terá um impacto negativo sobre o aparelho produtivo do país, mas quando se faz este tipo de afirmações é preciso olhar para a China na sua relação com os países competidores.

O capitalismo chinês, um capitalismo de Estado sui generis e em ascensão, capaz de concentrar amplos recursos financeiros e produtivos nas mãos do aparelho estatal e satisfazer as suas necessidades estratégicas com maior celeridade que outros Estados, tem claras vantagens competitivas em relação aos EUA e à UE. Esta crise demonstra-o, e não apenas no campo da saúde.

O porta-voz mediático da plutocracia britânica, o Financial Times, frisava num recente artigo que a economia chinesa está a funcionar a 75% do seu nível de 2019. Isto não passava de auto-consolo, e só torna evidente como nestes momentos é fundamental ter uma visão dinâmica dos acontecimentos ao invés de os contemplar de forma estática e mecanicista. Para traçar as perspectivas da actual depressão, é necessário o método dialéctico.

A pergunta que se coloca é concreta: como responderá o aparelho produtivo chinês perante a paralisia da Europa e dos EUA? Pois preenchendo as lacunas que deixarem os seus competidores — como está a ficar claro desde já no abastecimento mundial de material sanitário — e aumentando a produtividade do trabalho nas suas fábricas para aumentar a sua competitividade e conquistar novos mercados.

O imperialismo estado-unidense travou uma batalha vitoriosa frente à Inglaterra no final da Primeira Guerra Mundial e converteu-se em imperialismo hegemónico após a Segunda Guerra Mundial. Mas hoje enfrenta uma nova potência

que dá sinais de um muito maior vigor, conta com reservas produtivas e financeiras mais sólidas e conquistou uma posição privilegiada no terreno da tecnologia, da exportação de capitais e do comércio mundial.

Está claro que o capitalismo chinês não sairá de tudo isto incólume, mas não devemos aceitar como informação aquilo que não passa de propaganda dos países capitalistas ocidentais. A China aplicou grandes pacotes de estímulo em 2008, dedicando mais de um bilhão de euros a suportar a sua economia produtiva e o consumo, e foi capaz de mover-se muito melhor que o resto das potências durante a Grande Recessão, mantendo taxas de crescimento superiores a 5% nos últimos 5 anos. E se é verdade que reduziu o seu ritmo de crescimento desde os anos gloriosos e que acumulou uma dívida pública, corporativa e privada que supera 240% do seu PIB e não pára de crescer, é também verdade que a sua concorrência está muito pior. A dívida global dos EUA supera já 326% do PIB, e não conta com um superávit comercial tão avultado. Beijing prepara-se para o que aí vem: o governo está a servir-se da sua vasta infraestrutura de armazenamento para acumular mais de 1.000 milhões de barris de petróleo, agora que o preço do crude caiu mais de 20%.

ses não valem a ponta de um chavelho, teve de recuar um pouco. Os seus assessores deram-se conta de que a catástrofe iminente pode resultar em diferentes cenários, a começar pelo de explosões sociais dentro das fronteiras dos EUA.

Os EUA intensificarão a sua campanha contra a China por terra, pelo mar e pelos ares. Seja como for, o gigante asiático só vai aumentar a sua influência mundial nos próximos meses e anos, aproveitando as divisões profundas do bloco ocidental. O que se passou com a ajuda a Itália, as compras desesperadas do governo espanhol no mercado chinês de produtos sanitários — para nem falar dos pedidos de ajuda a Beijing vindos de África e da América Latina — não podem senão reforçar o papel do país no período imediato, provocando mudanças profundas nas relações internacionais. A China é uma potência imperialista poderosa. Mas isto não é novo. O que realmente é novidade é a depressão mundial que a pandemia do coronavírus tão-somente precipitou, e que já estava em gestação há 10 anos. A máquina da economia global não só perdeu o seu equilíbrio interno como acabou por gripar-se, revelando a agonia do sistema.

O Estado capitalista ao resgate... dos capitalistas

As potências ocidentais responderam à crise de 2008 colocando sobre os ombros da classe trabalhadora o peso do resgate público do sistema financeiro. Por um lado, uma vaga de cortes selvagens, despedimentos massivos, precariedade, desalojamentos e empobrecimento, por outro lado, um autêntico bar aberto de crédito a juros zero e a compra massiva de dívida privada por parte dos bancos centrais, enchendo os bolsos dos especuladores financeiros, bancos e grandes empresas.

Nenhuma das graves contradições do sistema foi resolvida. Muito pelo contrário. O investimento produtivo caiu, a bolha especulativa tornou-se ainda maior e a concentração monopolista de capital foi reforçada. “O capital financeiro” — escreveu Lenin — “é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em

todas as relações económicas e internacionais, que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência mais completa (...)”. (V. I. Lenin, O imperialismo, fase superior do capitalismo)

A farsa de que “as lições da crise anterior estavam aprendidas” é desmentida pelos dados. A dívida global — tanto pública como privada — alcançou em 2019 o record de 253,6 bilhões de dólares, ou seja, 322% do Produto Mundial Bruto (PMB). Nos últimos 10 anos, a capitalização das bolsas de valores internacionais alcançou números igualmente record, com 86 bilhões de dólares, 100% do PMB de 2019. Os grandes bancos estado-unidenses resgatados pelo governo com mais de 2 bilhões de dólares do orçamento público em 2008 — JP Morgan Chase, Citigroup, Wells Fargo, Bank of America, Goldman Sachs y Morgan Stanley — possuem na actualidade mais 43% em depósitos, mais 84% em activos e o triplo do dinheiro em efectivo que tinham antes da crise de 2008.

A banca estado-unidense no seu conjunto dispõe de 157 bilhões de dólares em derivados financeiros — produtos puramente especulativos —, aproximadamente o dobro do PMB e 12% mais do que aquilo que possuía há uma década. Mais ainda, segundo o McKinsey Global Institute, 80% de todos os lucros empresariais obtidos por todo o mundo são gerados por 10% dos grupos cotados em bolsa. O maior fundo de investimento, a BlackRock, gere capitais no valor de 6,3 bilhões de dólares, o equivalente aos PIB da Alemanha e da França combinados. Este é verdadeiramente o obstáculo que a humanidade enfrenta para resolver as suas necessidades mais imediatas. Enquanto a gigantesca riqueza que é gerada pelo trabalho assalariado continuar nas mãos desta minoria de especuladores financeiros que impõe a sua ditadura com punho de ferro, não há saída possível.

O governo é o comité executivo que zela pelos interesses da classe dominante, afirmou Marx. Os programas de choque que estão a ser aprovados actualmente pelos governos ocidentais, a Re-

serva Federal, o Banco Central Europeu, o Banco de Inglaterra, entre outros, superam os 6 bilhões de dólares (cerca de 7% do PMB). É uma montanha de liquidez dedicada exclusivamente a garantir a solvência das grandes multinacionais e voltar a salvar a banca internacional. Entretanto, para cobrir uma emergência sanitária colossal e proteger as dezenas de milhões que já perderam os seus trabalhos e casas ou as centenas de milhões que se afundaram ainda mais profundamente na pobreza... os recursos não passam de migalhas irrisórias. A história repete-se, primeiro como tragédia e agora como farsa. Mario Draghi, ex-director do Banco Central Europeu, explicou-o com toda a cruza num recente artigo publicado no Financial Times: “Já está claro que a resposta tem de envolver um aumento significativo da dívida pública. A perda de rendimentos sofrida pelo privado — e qualquer dívida contraída para cobrir esse buraco — deve ser eventualmente absorvida, total ou parcialmente, pela folha de balanço do governo.

O Estado capitalista deve salvar... as empresas, o capital financeiro e os especuladores. Que magnífica lição para todos os reformistas, velhos ou novos, que apelam ao Estado como se não fosse um instrumento de dominação de uma classe sobre a outra. Esta foi uma confirmação brilhante, pela boca de um burguês consumado, da teoria marxista do Estado, trazendo à memória as palavras de Lenin: “Por aqui vemos claramente como, na época do capital financeiro, os monopólios de Estado e os privados se entrelaçam, formando um todo, e como tanto uns como outros não são na realidade mais do que diferentes elos da luta imperialista travada pelos maiores monopolistas pela partilha do mundo.” (V. I. Lenin, O imperialismo, fase superior do capitalismo)

Mais desunidos que nunca. Neoliberalismo 2.0

Estes planos de salvamento provocaram novamente um coro de vozes dos “doutores democráticos” do sistema, que já salvavam por medidas keynesianas ou simplesmente mentem sobre o carácter das





medidas adoptadas, como é o caso do governo PSOE-Unidas Podemos no Estado espanhol.

Uma vez mais, devemos sublinhar que as promessas intervencionistas dos Estados — aquilo que muitos economistas qualificaram de keynesianismo — não têm nada em comum com nacionalizações de grandes empresas ou sectores produtivos no sentido clássico. O keynesianismo, como doutrina económica da burguesia, só se aplicou em circunstâncias históricas muito determinadas: após a morte de dezenas de milhões de pessoas e a destruição maciça de forças produtivas na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, assim como após o pânico do imperialismo estado-unidense e da burguesia do continente com o avanço da revolução em França, Itália, Grécia... com o Exército Vermelho a este.

Só assim, tentando não repetir os erros do Tratado de Versalhes de 1918 e procurando afastar o perigo de uma revolução socialista, os EUA — saídos da guerra com o seu aparelho produtivo intacto, com um desenvolvimento formidável de novos ramos produtivos (derivados do petróleo, química, indústria automóvel, aeronáutica, electrónica, militar, etc.), com as reservas de ouro mais importantes do mundo e com o dólar tornado a única divisa de referência — ajudaram a burguesia europeia na reconstrução e permitiram a nacionalização de indústrias e sectores que exigiam um grande investimento de capital fixo (siderurgia, electricidade, mineração, transportes, etc.), ademais provendo de matérias-primas baratas as empresas privadas.

As medidas keynesianas serviram para alimentar o ciclo ascendente do capitalismo, um novo período histórico de acumulação imperialista. A condição material prévia, como notámos, foi a destruição do aparelho produtivo europeu. Já a condição prévia no campo político foi o apoio dado aos governos burgueses da época pelos partidos stalinistas e social-democratas, sabotando a revolução e reconduzindo a reconstrução da Europa sobre bases “democráticas” capitalistas — sobre o pacto social.

A burguesia, forçada pelas circunstâncias da luta de classes, estará sempre disposta a fazer concessões temporárias, até mesmo concessões de peso, como forma de assegurar a continuidade do seu regime económico e social. Mas no momento actual, a esquerda parlamentar e as burocracias dos grandes sindicatos estão ajoelhadas e dispostas a formar uma frente unida com a classe dominante para impedir ou atrasar tanto quanto possível a explosão de uma crise revolucionária. Antes de tomar medidas semelhantes às da Europa no pós-guerra, tentarão as fórmulas aplicadas em 2008 a uma escala superior. Está claro que o resultado, desta vez, pode ser o contrário do que pretendem. Ao invés de uma escalada da luta de classes mais ou menos assimilável, podem acabar por ver-se a braços com uma revolução socialista em linhas clássicas.

Partindo da realidade que encontra, cada burguesia nacional se prepara como pode para defender com unhas e dentes os seus monopólios no conflito inte-

jecto da União Europeia, tal como o conhecemos até aqui, acabou. Depois do Brexit e perante uma depressão prolongada no tempo, as forças centrífugas — que puderam ser contidas a muito custo durante a crise do euro em 2014, através do esmagamento do povo grego e de semear austeridade — serão cada vez mais incontroláveis.

Em todos os continentes se prepara um regresso ao nacionalismo económico, ao incremento de políticas alfandegárias, às desvalorizações competitivas da moeda, a medidas proteccionistas para proteger os mercados internos do assalto exterior. A ausência de qualquer coordenação entre as potências mundiais, que se vê nos sucessivos fracassos das reuniões dos G20 e da União Europeia, confirma isto. A falta de uma resposta unificada desta alcatéia de hienas demonstra o carácter completamente reaccionário do capitalismo.

Um programa e um partido para a revolução socialista

«Toda a espécie de conversa fiada sobre as condições históricas não estarem ainda “maduras” para o socialismo é produto da ignorância ou do engano consciente. As premissas objectivas da revolução proletária não só estão “maduras” como comecem de certa forma a apodrecer. Sem uma revolução socialista no próximo período histórico, uma catástrofe ameaça toda a civilização humana. É a hora do proletariado, i.e., primeiramente, da sua vanguarda revolucionária. A crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direcção revolucionária.»

- Leon Trotsky,
O Programa de Transição

rimperialista que se trava ao calor da depressão económica. Estas forças objectivas estão por detrás da brecha na União Europeia. Enquanto os governos do sul, liderados por Itália e pelo Estado espanhol, exigem de Merkel que aceite carregar com uma parte desta crise, a burguesia alemã nega-se a mutualizar os custos do desastre.

“Temos de trabalhar num instrumento de dívida comum. (...) Precisamos de reconhecer a gravidade da situação e a necessidade de medidas mais ambiciosas para suportar as nossas economias”, clamam Pedro Sánchez, Conte e Macron na sua última carta aberta ao Conselho da Europa. Entretanto, o ministro da economia alemão diz nein, juntamente com toda a indústria e capital financeiro alemão.

As burguesias alemã e holandesa, além de rejeitar redondamente os *euro-bonds*, adoptaram todas as medidas ao seu alcance para proteger-se do contágio e suportar as suas indústrias nacionais custe o que custar. O PIB espanhol cairá mais de 10% este ano. Para a Itália, a previsão não é melhor: uns 11,26%. Segundo a Goldman Sachs, a Alemanha e a França não ficarão ileas e podem registar uma contracção de 8,9% e de 7,4% respectivamente. É por isso que Merkel disse a todos os países do sul que podem recorrer a um empréstimo do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), como fez a Grécia a seu tempo. E tal como nessa altura, o MEE disponibilizará recursos com duríssimas contrapartidas na forma de mais cortes sociais.

A Europa rebentou pelos ares. O pro-

dos, além de uma devastação pavorosa como aquela que vimos na Síria, no Iraque e no Afeganistão. Tampouco significa que a burguesia não esteja consciente de que terá de fazer a guerra contra a classe operária com a mais extrema dureza.

A palavra de ordem de Engels que Rosa Luxemburgo tornou célebre — socialismo ou barbárie! — coloca-se hoje perante todos nós, trabalhadores e oprimidos do mundo. Após anos de reacção ideológica no seguimento do colapso da URSS e dos regimes stalinistas do leste da Europa, da restauração capitalista na Rússia e na China, da viagem à direita das organizações de massas da classe trabalhadora — tanto dos sindicatos como dos partidos social-democratas e ex-comunistas —, somos chamados a levantar a bandeira do socialismo internacionalista mais alto que nunca.

A depressão económica vai agudizar o processo de deslegitimação do parlamentarismo burguês, da social-democracia e dos partidos conservadores tradicionais, vai aprofundar a polarização social e política, as divisões no seio da classe dominante e igualmente as tendências autoritárias de numerosos governos. Se assistimos nos últimos anos à erosão da estabilidade das camadas médias e à sua violenta oscilação entre a esquerda e a direita, o novo cenário não fará outra coisa senão intensificar essa tendência. O ascenso da extrema-direita já é uma ameaça real, mas sê-lo-á cada vez mais, tal como a ameaça de um Estado policial. Se não queremos repetir os fracassos do passado, precisamos de aprender as lições da história até às suas últimas consequências.

As formações da nova esquerda reformista, como o Podemos, o Syriza, o Bloco de Esquerda, o Die Linke e outras formações semelhantes, prometeram-nos que uma vez no governo seriam capazes de pôr em ordem a oligarquia capitalista. Abandonaram o programa do marxismo revolucionário e substituíram-no por uma mescla de ideias pequeno-burguesas radicais que desembocam sem excepção numa mesma e única solução: construir um capitalismo de rosto humano, algo que a experiência prática da luta de classes demonstrou ser a mais reaccionária utopia. O único capitalismo possível é aquele que vivemos, o que arrassa com o meio-ambiente e condena à morte de milhões de pessoas para salvaguardar a ditadura do capital financeiro.

Os dirigentes destas organizações, completamente alheados da vida quotidiana das massas, intoxicados pelo cretinismo parlamentar e convertidos em muitos casos nos pilares da ordem capitalista, fracassaram por completo ao tentar solucionar a catástrofe actual. Se apanham alguma malha caída da mesa dos poderosos, logo a apresentam como uma vitória sobre o neoliberalismo, mas não deixam de colaborar activamente nas suas manobras “patrióticas” e nos pacotes de resgate à banca e às grandes empresas.

Há que romper de uma vez por todas com estes filistinos, com todos os que pretendem iludir a classe trabalhadora tentando que não tome o caminho da revolução. A única forma de enfrentar a catástrofe que nos ameaça é a classe trabalhadora, à cabeça dos oprimidos, tomar as rédeas do poder e nacionalizar a banca, os monopólios e a terra sob sua gestão e controlo democrático. Só organizando a so-

cidade sobre bases socialistas poderemos escapar do abismo a que nos está a conduzir o capitalismo.

Este sistema libertou forças destrutivas que não é capaz de controlar. Criou as condições para uma rebelião aberta da classe trabalhadora. Como é óbvio, não podemos prever o ritmo desta rebelião nem negar que as tendências reaccionárias, repressivas e bonapartistas nos Estados e de certos sectores das camadas médias farão igualmente os seus avanços. Mas não resta qualquer dúvida de que os acontecimentos actuais terão um impacto formidável na consciência de milhões de pessoas, e de que as conclusões mais avançadas se tornarão claras entre a vanguarda proletária e jovem. Não há tempo a perder!

A consciência nunca expressa de maneira automática a maturidade das condições objectivas; geralmente, reflecte o conservadorismo e a tradição assentes ao longo de gerações. Somente em momentos de grandes comoeções, como este que vivemos, a consciência sofre transformações bruscas e se coloca à altura do progresso histórico.

Nisto, a representação parlamentar de uma classe oprimida está sempre muito abaixo da sua força real. As condições clássicas de uma revolução — algo que os reformistas declararam caducado — mostraram-se nos numerosos movimentos de massas, nas rebeliões e insurreições que vivemos em 2019 na América Latina, na Ásia, em África e na Europa: divisões no seio da classe dominante; determinação por parte dos oprimidos, dos trabalhadores e da juventude; neutralidade ou até apoio à classe trabalhadora por parte das camadas médias. Mas em todas as crises revolucionárias faltou o factor decisivo para que as condições favoráveis alcançassem o triunfo: um partido revolucionário armado com o programa do marxismo e com influência de massas.

Nos grandes combates, um revolucionário não se pergunta o que acontecerá em caso de derrota, pergunta-se o que há de fazer para alcançar a vitória. Se algo é possível, se algo é concretizável, então, por consequência, deve ser feito. A tarefa concreta é, no decurso dos colossais acontecimentos que estamos prestes a enfrentar, transformar a fúria e o descontentamento de milhões num apoio consciente ao programa da revolução socialista.

A classe operária só pode confiar nas suas próprias forças para acabar com o regime podre da propriedade privada e do Estado nacional. Para adquirir essa confiança, há que ter uma perspectiva e um programa claros, algo que só pode ser dado por uma direcção firme e audaz. É assim que, no momento chave, o partido revolucionário se transforma no factor objectivo decisivo.

Através da sua experiência — e um grama desta terrível experiência é mais valioso do que uma tonelada de teoria para as massas —, os trabalhadores e a sua vanguarda chegarão às conclusões políticas e práticas oportunas. Precisamos de construir um partido revolucionário capaz de enfrentar com êxito esta tarefa: expropriar definitivamente os expropriadores e pôr à disposição da autêntica igualdade social toda a riqueza gerada pelo trabalho assalariado. A vitória do socialismo será a vitória da humanidade!

1. Nacionalização da banca, dos grandes monopólios industriais e de mineração, das telecomunicações, da indústria agroalimentar e da electricidade sob controlo democrático dos trabalhadores para que seja estabelecido um plano socialista de produção que defina como prioridade as vidas humanas.

2. A defesa da saúde pública. Os governos têm de proporcionar todos os meios necessários de protecção sanitária (luvas, batas, máscaras, todo o equipamento) na luta contra o coronavírus. Nacionalização de toda a indústria de produção de material médico e de toda a saúde. Nacionalização de todo o sector farmacêutico, já! Gratuitidade de todos os medicamentos necessários para enfrentar o coronavírus e restantes doenças.

3. Contratação imediata de centenas de milhares de profissionais de saúde em todo o mundo para fazer frente a esta crise. Os médicos, enfermeiros, pessoal de manutenção e limpeza e restantes trabalhadores devem criar comités de controlo e gestão dos recursos de saúde e corrigir todas as decisões contraproducentes das administrações.

4. Paralisação imediata de toda a actividade produtiva que não seja essencial para lutar contra a pandemia. Garantia, por lei, de que todos os trabalhadores de fábricas e empresas que não sejam essenciais podem estar em casa com a totalidade do salário, de que todos os seus empregos serão respeitados e de que não se perde um único direito laboral. Para os trabalhadores das empresas essenciais há que providenciar todas as medidas de segurança e protecção necessária. Imposição de penalizações económicas severas a todos os empresários que não cumpram estas medidas.

5. Controlo operário da produção. Criação de comités de trabalhadores em todos os sectores industriais, eleitos democraticamente em assembleias para adaptar imediatamente a produção ao fabrico de todo o material médico necessário para enfrentar a pandemia: equipamentos de protecção individual, ventiladores, etc.

6. Proibição por lei de todos os despedimentos. Nenhuma redução salarial. Que os empresários usem os lucros que acumularam durante todos estes anos! Que se devolva o dinheiro dos resgates ao patronato e à banca!

7. Fábrica encerrada, fábrica nacionalizada sob controlo dos trabalhadores! Subsídio de desemprego indefinido e que garanta o rendimento médio até o trabalhador encontrar um novo posto de trabalho. (No caso de Portugal, 900 euros mensais.)

8. Condições de trabalho dignas. Revogação de todas as contra-reformas laborais e cortes nas pensões e reformas. Fim dos cortes sociais. Reforma aos 60 anos com 100% do salário. Semana de 35 horas sem redução salarial. Salário mínimo decente (900 euros no caso de Portugal). Fim da precariedade: aos 15 dias de trabalho, contrato efectivo.

9. Redução drástica dos preços dos produtos fundamentais para a vida diária das famílias trabalhadoras, punição contundente de todos os especu-

ladores. O aproveitamento desta crise que fazem as cadeias de supermercados e multinacionais de produção alimentar tem de acabar! Nacionalização de todas essas empresas sob controlo democrático dos trabalhadores e utentes!

10. Habitação digna para todos. Expropriação sem indemnização dos grandes proprietários de imóveis, bancos e fundos abutres. Criação de um sistema de habitação pública universal com rendas sociais acessíveis. Anulação de todos os desalojamentos isenção do pagamento de rendas, electricidade, gás, água e telecomunicações para todos os trabalhadores despedidos ou em dificuldades económicas, mantendo os serviços.

11. Que seja assegurada alimentação e uma vida digna para toda a população: cantinas públicas e gratuitas, aumento drástico do investimento em material e em contratação de pessoal para os serviços sociais.

12. Defesa dos direitos económicos, sociais e políticos dos imigrantes e refugiados. Revogação de todas as leis racistas e derrube dos campos de concentração e detenção. Mobilização de milhares de milhões de euros para salvar estas vidas!

13. Nenhuma restrição à liberdade de expressão, manifestação ou organização. Abaixo o Estado policial e a militarização da vida social!

14. Ensino público, democrático, gratuito e de qualidade desde o jardim de infância à universidade. Que a religião fique fora dos locais de estudo e que não se dê um único euro do orçamento ao ensino privado.

15. Contra a catástrofe ecológica: nacionalização das empresas energéticas (eléctricas, de mineração, petrolíferas e extracção de gás, de produção de energia eólica e solar, etc.), e um plano público de investimentos para criar uma indústria de energia 100% ecológica e sustentável. Criação de uma rede de transportes públicos, gratuitos, de qualidade e ecológicos. Nacionalização da terra, da indústria agropecuária e processamento de alimentos. Não há exploração capitalista dos oceanos. Por uma alimentação sustentável e ecológica!

16. Abaixo todos os tipos de opressão machista e violência contra as mulheres da classe trabalhadora. Abaixo a justiça patriarcal! Salário igual para trabalho igual. Direito ao aborto livre e gratuito. Abaixo todas as formas de opressão às pessoas LGBTI.

17. É preciso combater o fascismo e as organizações da extrema-direita com a luta organizada das massas, da classe trabalhadora e da juventude. Abaixo a impunidade e a protecção que recebem estas forças por parte do aparelho de Estado!

18. Abaixo as guerras imperialistas! Cancelamento imediato de toda a dívida externa imposta pelos monopólios e pelo FMI.

19. Direito à autodeterminação para todas as nações oprimidas.

20. Pela revolução socialista e pela Federação Socialista Mundial!



Trump e a plutocracia estado-unidense deixam clara a sua política: Que morram dezenas de milhares! Os seus lucros multimilionários são mais importantes.

Ana García
Comissão Executiva da
Izquierda Revolucionaria
(Estado espanhol)

Os EUA já se tornaram o país do mundo com mais casos de coronavírus, e o pior ainda está para vir. Num país onde mais de 27 milhões de pessoas não têm qualquer tipo de seguro de saúde e onde o sistema de saúde está nas mãos do lucro privado, é difícil quantificar a magnitude do desastre, mas serão milhões a pagar com a sua saúde e as suas vidas por décadas de políticas neolibe-

rais. Como se isso não bastasse, a recessão económica que avança a passos gigantescos na primeira potência mundial anuncia consequências desastrosas, ainda maiores do que as do colapso de 1929. Tudo isto no meio de uma guerra aberta com a China, que ameaça arrebatá-lhe a posição de liderança mundial. Isto, o senil capitalismo norte-americano tentará evitar a todo custo, passando a factura à classe trabalhadora e provocando efeitos de uma importância histórica na luta de classes dentro e fora das suas fronteiras.

O coronavírus revela a “treta” do maior crescimento económico da história

Os Estados Unidos são, de acordo com relatórios da ONU, o país rico com os maiores níveis de desigualdade no mundo. Com a propaganda que até há poucas semanas nos falava do maior crescimento económico da história do país, escondia-se os 40 milhões de pessoas que vivem na pobreza, os 18,5 milhões que vivem na pobreza extrema e os 5,3 milhões que sobrevivem em condições de pobreza típicas do terceiro mundo.

Tais são os resultados das políticas que “resolveram” a crise de 2008: um empobrecimento massivo da classe trabalhadora e das camadas médias (65% da população vive preocupada com conseguir pagar as contas) e um enriquecimento massivo dos grandes magnatas graças a medidas como a reforma fiscal de Donald Trump, que deu 205 mil milhões de dólares aos 20% da população com maior rendimento.

A disseminação da pandemia de coronavírus está a mostrar, preto no branco, a situação precária da maior parte da

sociedade norte-americana. Não é por acaso que o candidato às primárias democratas, Bernie Sanders, fez bandeira da saúde pública e universal e conseguiu um enorme apoio. E é precisamente a ausência de um serviço público de saúde que significa para muitos, literalmente, a ruína. Uma baixa médica com uma conta médica impagável significam perder o emprego, não poder pagar a renda ou a hipoteca e, por fim, terminar na indigência. Isto não é um caso isolado ou uma história extraordinária.

Uma pandemia como esta vai fazer rebotar pelas costuras a já tão precária situação. Para ilustrar a magnitude do desastre que ceifará a vida de dezenas de milhares — sendo optimistas — nos EUA, devemos dar alguns números. De acordo com uma análise da Kaiser Family Foundation (uma das prestadoras de serviços de saúde dos EUA), o custo do tratamento para alguém com coronavírus que tenha seguro de saúde é de 9.763 dólares; para aqueles que desenvolvem uma complicação durante o tratamento, o custo sobe para \$20.292; e para quem não tem nenhum tipo de cobertura, o valor total chega a \$34.927. O facto de que 20% da população dos EUA não tem qualquer acesso a saúde ou tem um acesso limitado deixa antever que o impacto desta pandemia pode ser absolutamente selvagem. Ainda mais se levarmos em conta que nos EUA também não há direito a baixa médica. A falta de seguro, a falta de dinheiro ou o medo de perder o emprego são um *cocktail* verdadeiramente explosivo: milhões de trabalhadores não pedirão assistência médica devido à impossibilidade de enfrentar uma factura impagável, e muitos irão trabalhar doentes e contagiar outras pessoas. Já para não falar dos restantes ingredientes: os EUA têm 2,5 camas hospitalares para cada 1.000 habitantes (compare-se isto com as 3 em Espanha, 3,4 em Itália, 6,5 em França ou 8,3 na Alemanha). À escassez de camas, que estão a preço de ouro, soma-se a falta de equipamentos médicos: o número de ventiladores em todo o país não chega a 70.000. Na cidade de New York, médicos e enfermeiros já estão a fabricar roupas de isolamento com sacos do lixo. E isto ainda agora começou!

Perante esta situação de emergência, não houve nenhum tipo de medida preventiva nos EUA. De facto, com mais de 92.000 infectados e 1.300 mortos, a atitude do governo é realmente surpreendente. Cada estado age de maneira independente e descoordenada, com alguns estados a recomendar não sair, mas sem qualquer esforço para tornar as medidas efectivas e, claro, deixando os capitalistas manter as empresas abertas até ao último minuto. Não importa que a China, a Coreia do Sul, a Itália, o Estado espanhol... já tenham passado pelo desastre de hospitais em colapso e dezenas de milhares de mortes. As chamadas do presidente da câmara e do governador de New York — com 15 vezes mais casos do que o resto das cidades — a pedir socorro à Casa Branca, pedindo para nacionalizar a produção e distribuição de equipamentos médicos, mostram bem como estão cientes do desastre que se avizinha.

“Isto não é um resgate, estamos a considerar fornecer certas coisas a certas empresas”

As medidas anunciadas por Trump — envoltas numa boa dose do patriotismo mais pestilento, acusando o “vírus chinês” de todos os males — não têm outro objectivo senão salvar, como sempre, os interesses dos grandes poderes económicos. Juntamente com o “bar aberto” de liquidez que a Reserva Federal (Fed) disponibilizou para os grandes detentores de acções e títulos, Trump anunciava há alguns dias a instalação de hospitais de campanha em New York, Washington e Califórnia, com um total de 4.000 camas: menos do que aquelas que a Comunidade de Madrid montou na IFEMA!¹

A verdadeira preocupação de Trump — assim como a do aparato do Partido Democrata — não é preservar a vida dos milhões de pessoas que hoje estão expostas ao vírus, nem protegê-las das consequências da crise económica. Depois da verborreia a favor da “protecção dos cidadãos”, a é nas suas acções que encontramos a verdade. Desde 2008, a riqueza das famílias mais ricas, as que constituem o 10% do topo, aumentou 115 vezes mais do que a das famílias do 10% mais pobre. Nestes anos, as grandes empresas obtiveram lucros extraordinários dedicados, em grande parte, à compra das suas próprias acções, fazendo com que os preços subissem num festival especulativo sem paralelo. O grande problema é que esses lucros não foram para a economia produtiva, mas para acções com preços completamente alheados da economia real e inflacionados artificialmente. Agora, os capitalistas recorrem novamente às mesmas medidas que se mostraram impotentes para resolver o problema de fundo, que é a crise de superprodução.

O exemplo das grandes companhias aéreas estado-unidenses é muito representativo do que aconteceu e continua a acontecer: de acordo com a Bloomberg, desde 2010, estas companhias gastaram 96% do seu fluxo de caixa disponível (o dinheiro disponível após todas as despesas da empresa) em recompras de acções. Agora exigem que o Estado as resgate! A Boeing está a pedir 60 mil milhões de dólares quando gastou, na última década, 65 mil milhões em dividendos e recompras de acções. E esta não é a excepção, mas, como a própria imprensa burguesa reconhece, a linha geral das grandes empresas.

“Isto não é um resgate, estamos a considerar fornecer certas coisas a certas empresas” — com estas palavras se escapava o secretário do Tesouro, Steve Mnuchin. Mas é claro que é um resgate! Tal como em 2008, os ricos são resgatados e os pobres são condenados. Como sempre, em tempos de crise, os mais liberais, os defensores da livre concorrência, da supressão de impostos... recorrem ao Estado para saqueá-lo em nome do bem comum. Ao fim e ao cabo, é para isso que eles o dirigem. Dito e feito, se em meados de Março a Fed anunciava uma queda nas taxas de juros para zero e um plano de estímulo de 700 mil milhões de dólares (o maior desde a Grande Recessão de 2008) para comprar activos em bolsa, no domingo, 22 de

¹ IFEMA é a *Institución Ferial de Madrid*, a entidade responsável pela organização de feiras, exposições, congressos e outros eventos públicos de grande dimensão. No espaço de exposições da IFEMA foram instaladas cerca de 5.500 camas no dia 20 de Março. Em Lisboa, o equivalente seria instalar camas hospitalares no espaço da Feira Internacional de Lisboa (FIL).

Março, na tentativa de acalmar os “mercados”, anunciava “compras ilimitadas de activos” e “pelo tempo que for necessário”. Bar aberto para os grandes magnatas. Evidentemente, nem as pequenas e médias empresas, nem as pessoas comuns sentirão um centímo de tudo isso, nem verão os seus encargos ou o pagamento da sua rendas aliviados.

O Senado acaba de aprovar o maior plano de resgate da história, com quase 2 biliões de dólares em “ajudas a empresas e cidadãos”. Embora a verdade seja que o plano global — conforme explicado pelo chefe do Conselho Económico da Casa Branca, Larry Kudlow — chegará aos 6 biliões, somando mais 4 biliões em empréstimos da Fed.

Após a propaganda sobre o acalorado debate que o Partido Democrata provocou ao defender que o plano tivesse mais “protecção dos funcionários das empresas resgatadas e cobertura de saúde para os mais vulneráveis”, a realidade é que democratas e republicanos concordaram que desses 2 biliões se dedicassem 500.000 milhões directamente a empréstimos e garantias para grandes empresas, que serão entregues de maneira opaca e sem a exigência de quaisquer condições, nem sequer a manutenção dos empregos. O plano também promete ajuda directa aos cidadãos, com cheques às famílias e 367.000 milhões para pequenas e médias empresas. É necessário adoptar algum tipo de ajuda para tentar evitar uma hecatombe social imediata e uma explosão de mal-estar para todos os trabalhadores parados ou despedidos, mas a verdade é que isto não passam de migalhas que de modo algum aliviarão o desastre social. A factura deste resgate bilionário será colocada, como sempre, sobre os ombros da classe trabalhadora.

Nova crise, velhas receitas, novos levantamentos

Muitas vozes já falam de uma catástrofe económica maior que a do *crash* de 1929. Falamos do período entre 1929 e 1933, quando o PIB dos EUA caiu 30%; que é aquilo que a Morgan Stanley estima para o segundo trimestre de 2020. Outros prevêem cenários ainda piores. James Bullard, presidente da Federal Reserve de Saint Louis e membro do Comité Federal do Mercado Aberto (o órgão do banco que define as taxas de juros), prevê uma queda de 50% no PIB e uma taxa de desemprego de 30% no país para o segundo trimestre deste ano. Para se ter uma ideia, o desemprego durante a Grande Depressão nos EUA só chegou aos 25%.

Isso quer dizer, muito simplesmente, a destruição massiva de forças produtivas. Não há outra maneira de reactivar o ciclo de acumulação de capital. As injeções de capital não podem aliviar o problema central, que é um mercado saturado de mercadorias, incapaz de absorvê-las, e que entrará numa espiral descendente até que o reajustamento necessário seja alcançado: a pobreza e o desemprego diminuirão ainda mais a procura e, portanto, a saturação do mercado. A tendência à concentração de capital, como vimos em 2008, aumentará e inevitavelmente traduzir-se-á numa polarização social e numa desigualdade extremas.

Uma questão fundamental está agora sobre a mesa: a absoluta incapacidade da burguesia e do capitalismo — seja quem for que o lidere a nível mundial — para garantir o mínimo à maior parte da população. Já o vimos noutras ocasiões. Ante a perspectiva, no país mais desenvolvido do mundo, de dezenas de milhares de mortes nas famílias humildes, muitos de nós lembramo-nos das terríveis imagens dos efeitos do furacão Katrina em 2005: a miséria que percorria as ruas de New Orleans e dos estados do sul dos EUA deixava a nu essa realidade no primeira potência capitalista mundial, e isto em pleno *boom* económico. Agora será muito pior e em todo o país.

Os capitalistas estado-unidenses, pela boca de Trump, são claros: “o encerramento da economia dos EUA pode causar mais mortes do que o coronavírus (...) o remédio não pode ser pior que a doença”. Este argumento, que significa a reversão das poucas medidas de segurança adoptadas (o encerramento das fronteiras e de algumas empresas, o confinamento, etc.), é muito ilustrativo dos planos e interesses dos capitalistas. Outros porta-vozes da burguesia norte-americana concordam com esta abordagem. Lloyd Blankfein, ex-presidente da Goldman Sachs, propôs que os cidadãos com menor risco retornassem ao trabalho em algumas semanas. A vida dos trabalhadores neste sistema não vale nada; para eles, se dezenas de milhares (ou mais) têm de morrer para que sejam preservados os seus lucros e as suas posições estratégicas no mercado mundial, pois que morram. Ainda para mais quando estão imersos numa guerra encarniçada contra a China, pelo domínio do mundo, e uma guerra na qual o gigante asiático ganha terreno a toda a velocidade.

É impossível achar que tudo o que está a acontecer e, sobretudo, tudo aquilo que acontecerá não vai provocar um terramoto social e político a nível internacional. A crise de 2008 provocou revoluções, a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street... A experiência da classe trabalhadora tem sido intensa e cheia de lições. Nos EUA, milhões tiraram conclusões e colocaram-nas em prática: ainda antes do início desta terrível crise vimos a rebelião dos professores, a greve da General Motors, a ameaça de uma greve geral que paralisasse o encerramento do governo federal no ano passado, a solidariedade que comocionou a classe trabalhadora ao ver os campos de detenção de imigrantes, o forte e crescente apoio a Bernie Sanders... a correlação de forças hoje é muito mais favorável à classe trabalhadora e à juventude, a experiência acumulada não vai cair em saco roto.

A crise do coronavírus não fez mais do que expor a dura realidade do que significa um sistema senil e reaccionário que, não obstante tudo isso, lutará para sobreviver a qualquer custo. Para acabar com a anarquia deste sistema, com a sua miséria, e conquistar uma sociedade em que a abundância de recursos não seja motivo de pobreza e de retrocesso, mas sim de avanço da humanidade; para conquistar uma sociedade em que toda essa riqueza produzida pela classe trabalhadora seja organizada de maneira planificada e democrática, atendendo às necessidades sociais, é necessário criar uma alternativa revolucionária. É necessário lutar pelo socialismo!

Abaixo a Requisição Civil criminosa! Toda a solidariedade com os estivadores!

Esquerda Revolucionária

Para que os mais básicos direitos laborais sejam cumpridos nos portos deste país, há anos que se travam duras batalhas entre os estivadores e os patrões — estes últimos ajudados pelos sucessivos governos. Assistimos hoje a uma nova ofensiva brutal do patronato e do governo ao seu serviço para esmagar os direitos e a organização dos trabalhadores portuários. E este cenário é também agravado pela pandemia do coronavírus. Com a sua ofensiva, os patrões não põem em risco apenas as vidas dos estivadores, mas antes as de toda a classe trabalhadora.

A 19 de Fevereiro, os estivadores do porto de Lisboa entraram em greve contra o incumprimento sistemático dos Acordos Colectivos assinados em 2016 e 2018 pelas empresas de trabalho portuário. Acumulam-se, entre outras situações, atrasos salariais de cerca de 18 meses. A resposta patronal não se fez esperar, e seguiu um molde já bem conhecido por milhares de trabalhadores que ousam lutar pelos seus direitos: um despedimento colectivo. O mecanismo usado é o da insolvência fraudulenta da Associação - Empresa de Trabalho Portuário Lisboa (A-ETPL), que emprega cerca de metade da força de trabalho do porto. Entretanto, os patrões criaram novas empresas para contratar os mesmo estivadores, mas na mais absoluta precariedade.

O facto destas manobras, apesar da sistemática denúncia dos trabalhadores, avançarem com a total protecção do governo PS, oferece-nos uma clara imagem da ditadura capitalista em que vivemos, mesmo quando governados pela “esquerda”.

Dando provas da combatividade e solidariedade já conhecidas, o Sindicato

dos Estivadores e da Actividade Logística (SEAL) alargou a greve e, pela primeira vez, os estivadores de Setúbal fizeram greve solidária com os seus companheiros da capital. Mais uma vez, os estivadores mostram o caminho da luta e da solidariedade à restante classe operária. No entanto, a eclosão da crise do coronavírus veio alterar a situação.

Desde o primeiro momento, os estivadores deixaram clara a sua consciência de classe, disponibilizando-se para realizar todos os serviços essenciais de abastecimento à população (continente e ilhas) durante a pandemia. A resposta dos patrões foi bem distinta, dando também ela uma clara imagem da natureza assassina do capital. Aproveitando a pandemia para atacar a luta dos trabalhadores, iniciaram um lock-out a todos os estivadores contratados pela A-ETPL — ou seja, impediram estes trabalhadores de aceder aos seus postos de trabalho. Simultaneamente, a coberto da crise de saúde, encamendaram ao governo uma Requisição Civil, que Costa accionou de bom-grado.

A aliança do governo com os patrões: requisição civil e Estado de Emergência

Numa clara acção coordenada, patrões e governo lançaram uma ofensiva contra os estivadores em plena pandemia! No dia 17 de Março teve início não só o lock-out aos estivadores da A-ETPL — essenciais para o cumprimento dos serviços mínimos e para uma resposta adequada à pandemia do coronavírus — como a Requisição Civil do governo. O argumento utilizado para a Requisição Civil foi o de que “os estivadores não estão a cumprir os serviços mínimos”. Isto é um absurdo. Foram os patrões, com o seu lock-out, quem impediu o cumprimento dos serviços mínimos.

Mais uma vez, o governo PS, com Costa e Pedro Nuno Santos à cabeça, mostra a sua verdadeira cara: capatazes ao serviço do capital. Pouco importa a lei. Mais grave ainda, pouco importam as vidas de centenas e até milhares de trabalhadores. Há que cumprir um único objectivo: esmagar a organização dos estivadores, que tantas dores de cabeça lhes tem dado. O que estes senhores mais temem é que a combatividade e os métodos de luta exemplares do SEAL sejam seguidos por outros sectores da classe trabalhadora.

Mas a ofensiva não se ficou por aqui. No dia seguinte, Marcelo declarou o Estado de Emergência que, juntamente com as medidas de “combate à crise” anunciadas pelo governo, vem agravar a ofensiva patronal. Agora já não apenas contra os estivadores, mas contra toda a classe trabalhadora. Já nos pronunciámos sobre essas medidas anteriormente. Aqui importa destacar apenas o essencial: até agora o governo apenas tomou medidas de resgate ao capital — sobretudo ao grande capital — e de repressão, cortes e despedimentos contra os trabalhadores. No contexto do conflito nos portos, o Estado de Emergência é mais uma arma para criminalizar a resistência dos estivadores, que neste momento lutam não só pela sua dignidade, como pela vida de todos nós, que dependemos do seu trabalho.

Nacionalização sob controlo operário dos portos: a única solução!

Se a experiência dos últimos anos não fosse já suficiente, esta nova batalha demonstra da forma mais cristalina as consequências nefastas da lógica capitalista nas nossas vidas. O controlo de um sector tão estratégico como os portos dá à burguesia o poder de espezinhar os direitos dos estiva-

dores e, assim, os de toda a classe trabalhadora. Para os patrões, nada mais importa do que garantir os seus lucros. E nesta luta não estão sozinhos! Contam com o apoio incondicional do governo e ainda com toda a comunicação social burguesa, cujo objectivo, através da calúnia e da mentira, é isolar os estivadores, demonizando-os constantemente.

A combatividade dos estivadores tem conseguido, apesar de tudo isto, nadar contra a corrente e alcançar vitórias que são impossíveis para o sindicalismo burocratizado e de conciliação de classes que domina as duas maiores centrais sindicais do país. No entanto, uma verdadeira solução para o problema dos portos só será possível acabando com a lógica capitalista. O sector portuário é demasiado importante para estar nas mãos de gangsters. Só os trabalhadores têm a capacidade de garantir que o sector funciona ao serviço das necessidades da maioria, e não para garantir os lucros milionários de meia-dúzia de parasitas. A nacionalização dos portos e a sua gestão levada a cabo democraticamente pelos próprios estivadores são a única maneira de pôr fim ao conflito e responder aos interesses de toda a classe trabalhadora.

Abaixo a Requisição Civil! Abaixo o Estado de Emergência!

Fim imediato do lock-out! Nacionalização e controlo operário dos portos!

A luta é o único caminho! Toda a solidariedade com os estivadores!



Abolição do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, já!

Ângela Sankara Esquerda Revolucionária

No dia 10 de Março, Ihor Homenyuk, um homem ucraniano que chegou a Portugal vindo da Turquia, foi retido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) ao aterrar no aeroporto de Lisboa. O SEF, sem qualquer justificação jurídica, impediu-o de entrar no país e informou-o de que iria voltar à Turquia no voo seguinte. Homenyuk foi então levado para uma sala de assistência médica no Centro de Instalação Temporária (CIT). Nesta sala, no dia 12 de Março, foi violentamente agredido por três agentes do SEF por alegadamente ter causado distúrbios. Acabou por falecer no próprio dia devido a estas agressões. Os agentes estão agora em prisão domiciliária com pulseira electrónica.

O mandato de detenção destes agentes demonstra a violência selvagem que foi lançada sobre Ihor Homenyuk depois de este ter sido alvo de vários interrogatórios, ter sido altamente medicado por um enfermeiro e de estar imobilizado, sem poder defender-se de maneira alguma contra os três agentes do SEF. Um vigilante do aeroporto, apercebendo-se do que se estava a passar, tentou travar as agressões e foi reprimido pelos assassinos, “agentes da autoridade”, que lhe disseram “isto aqui é para ninguém ver”. Após tudo isto, diriam ao mesmo vigilante, vangloriando-se: “agora ele está sossegado” e “hoje já nem preciso de ir ao ginásio”. Não pode existir melhor demonstração do carácter da polícia, que vê os trabalhadores, os pobres, os imigrantes e todos os oprimidos como sacos de pancada. Mas a atitude demonstra ainda como os agressores e assassinos nas forças policiais estão acostumados à total impunidade, de tal maneira que ousam fazer este tipo de comentários.

Posteriormente, o SEF tentou ocultar o ocorrido, não accionando os serviços de homicídio da Polícia Judiciária (PJ), que só viria a ser alertada pelo Instituto de Medicina Legal, a instituição que, através da autópsia, verificou para lá de qualquer dúvida a natureza violenta dos ferimentos e concluiu que se tratava de um homicídio.

Já foram apreendidas as imagens de videovigilância do aeroporto e dos acessos à sala de assistência médica. A sala onde foi cometido o crime, convenientemente, não tem qualquer sistema de videovigilância.

Após a divulgação destas notícias, o director e subdirector do SEF demitiram-se, e o Ministério da Administração Interna (MAI) pediu à Inspeção Geral da Administração Interna (IGAI) para abrir um inquérito.

Não temos qualquer ilusão sobre estes inquéritos, que não são mais do que pró-formas sem qualquer consequência real para os agressores. Vemos isto em todas as agressões racistas feitas pelas forças de “segurança”, desde o caso de tortura na esquadra da PSP de Alfragide às agressões policiais no bairro da Jamaica ou ao recente espancamento de uma mulher negra na Amadora também às mãos da PSP. O Estado não mostra qualquer intenção de eliminar as condições que levaram à morte deste homem e que levam aos inúmeros actos de violência regularmente cometidos contra imigrantes.

Eduardo Cabrita, Ministro da Administração Interna afirmou: “[este] não é o Portugal que conhecemos e de que nos orgulhamos nesta matéria”. Mas qual é o Portugal de que se orgulha a classe do Sr. Cabrita? Será o Portugal que condena milhares de trabalhadores à ilegalidade e à pobreza? O Portugal que não atribui a nacionalidade a filhos de imigrantes

nascidos no país? O Portugal que recebe de braços abertos e com “vistos gold” os burgueses que queiram investir e especular no país, mas que tem listas de espera intermináveis para a regularização de trabalhadores? O Portugal que bloqueia o acesso à saúde e à educação de milhares de crianças e jovens? O Portugal que permite que milhares de operários agrícolas, na sua esmagadora maioria também imigrantes, trabalhem em condições análogas à escravidão e habitem contentores ou casas degradadas nas condições mais insalubres e indignas?

Quando agressões e assassinatos como este chegam à comunicação social, os mordomos da burguesia dizem-nos sempre que são acidentes, excepções, casos raros. Mas mentem. Este homicídio violento caracteriza o funcionamento e as funções do SEF, repleto de agentes racistas e fascistas, que têm carta-branca para cometer estes crimes. Este é o Portugal real, e não haverá outro até que os oprimidos se unam e façam cair este sistema completamente podre e racista.

Hoje, milhares de trabalhadores vivem à mercê dos bloqueios burocráticos do SEF, que boicota a sua regularização e lhes veda o acesso a serviços essenciais. Outros são vítimas de rusgas e são sumariamente expulsados do país. Estes trabalhadores perseguidos engordam os lucros dos patrões que, aproveitando-se da sua situação de clandestinidade, pagam salários miseráveis sem garantir quaisquer condições laborais ou de sobrevivência. As condições precárias a que estão sujeitos os trabalhadores imigrantes não só são usadas para rebaixar os salários de todos os trabalhadores como ainda os tornam mais susceptíveis à infecção durante a actual pandemia, assim como a outros problemas de saúde, enfraquecendo a saúde e a segurança de to-

da a classe trabalhadora. A luta por direitos iguais entre nacionais e imigrantes é, por tudo isto, uma luta de toda a classe trabalhadora e da juventude!

Agora, perante a crise do novo coronavírus, torna-se ainda mais urgente travar esta luta e dar condições dignas de higiene e de saúde. Conquistar plenos direitos para todos os trabalhadores, o acesso à habitação social, à educação e à saúde públicas, gratuitas e de qualidade.

O dinheiro que se está a gastar com polícia — com órgãos de vigilância e repressão — precisa de ser investido no SNS, reforçando meios humanos e materiais.

Exigimos o saneamento e a punição dos agentes agressores, de todos os racistas e fascistas das forças de “segurança”, assim como das suas chefias que são directamente responsáveis pelas táticas de intimidação e perseguição seguidas nestes órgãos do Estado. E exigimos ainda a abolição imediata do SEF, que não tem qualquer propósito senão o de perseguir cidadãos de segunda classe, portanto, não tem razão de existir num país onde todos tenhamos realmente os mesmos direitos. Quem deve ser perseguido e criminalizado são os patrões que se aproveitam da miséria dos trabalhadores imigrantes.

É preciso garantir a regularização dos trabalhadores clandestinos. A regularização temporária garantida pelo governo até dia 30 de Junho é boa, mas não chega. Para além de excluir todos os imigrantes que não tenham ainda dado início ao processo de regularização, esta medida é uma pequena concessão num momento de tremenda fragilidade do sistema. O que a classe dominante está a preparar é uma gigantesca onda de austeridade e ataques à classe trabalhadora, e os trabalhadores imigrantes estão na linha da frente dessa guerra contra os pobres. Mas, como por várias vezes foi demonstrado nos últimos anos, os trabalhadores imigrantes não ficarão serenos enquanto a classe dominante os explora e humilha. A toda a restante classe, e acima de tudo às organizações sindicais e aos partidos da esquerda, cabe integrar numa luta unificada todos estes irmãos e irmãs de classe, tratados como párias pelo capital.

O programa é claro: os serviços de saúde pública e da segurança social não podem continuar a ser vedados aos imigrantes. Nem agora, quando urge conter a transmissão do coronavírus, nem nunca! Os trabalhadores e oprimidos de nacionalidade portuguesa têm exactamente os mesmos interesses que os trabalhadores imigrantes. Garantir condições de vida dignas para os trabalhadores imigrantes é garanti-las para todos os trabalhadores! Nativa ou estrangeira, a classe trabalhadora é só uma! Temos de combater as ideias racistas e xenófobas com todas as forças e até mesmo no seio da nossa classe, onde a extrema-direita se esforça por infiltrar o seu programa racista, machista e anti-trabalhadores! Isto é um elemento fundamental na luta contra o capitalismo.

Organiza-te! Junta-te à Esquerda Revolucionária!

Vem construir uma esquerda combativa e anti-racista!



Não há condições para continuar!

Suspensão imediata

do ano lectivo!

A juventude de classe trabalhadora estudava em condições precárias e desiguais muito antes da chegada do coronavírus. Quem tem acesso às escolas no topo dos *rankings*, a livros de preparação para exames, a explicações particulares, quem não tem de carregar o peso do trabalho doméstico ou de trabalhar para estudar, quem tem habitação garantida, tem acesso a um ensino completamente diferente, que por sua vez vai equivaler a resultados completamente diferentes. Agora, estas desigualdades, graças ao coronavírus, acentuam-se.

O proposto para os estudantes, do básico ao superior, foi um ensino à distância improvisado. O governo toma por igual o que é desigual e entende que toda a gente tem em casa um bom ambiente para o estudo, o acesso à *internet* e a um computador.

Isto está longe de ser a realidade. Só no ensino básico, os primeiros números apontam para perto de 50 mil estudantes sem acesso à *internet*. Por todos os graus de ensino existe ainda quem tenha trabalho doméstico acrescido e quem não consiga estudar em casa. Sobre esta desigualdade assenta ainda um modelo de aulas para o qual os professores não estavam preparados, sendo incapazes de se adaptar no espaço de poucas semanas. E tudo isto com o stress constante de sabermos que os nossos familiares estão a ser despedidos, postos em *lay-off* ou a ter de ficar em casa pa-

ra cuidar dos mais novos, que antes ficavam nas creches, infantários ou nas escolas, ou a temermos a infecção dos que são obrigados a trabalhar. Durante uma catástrofe mundial, espera-se que mantenhamos o ritmo desmedido que já antes o sistema capitalista nos exigia. Mais ainda, são agora lecionadas disciplinas e cadeiras práticas que de forma alguma podem ser dadas pela *internet*. O ensino não pode continuar assim! Exigimos a conclusão antecipada do ano lectivo, do básico ao superior!

O sistema educativo, agora mais disfuncional que nunca, propõe-nos uma educação que não funciona, para sermos também avaliados de uma forma que não funciona. Primeiro, passamos anos a estudar e a ser avaliados de uma determinada forma para agora alterarem completamente os métodos de avaliação. Depois, são novamente aqueles que têm acesso aos livros de preparação, a explicações, a tempo e a um bom espaço de estudo em casa quem vai conseguir os melhores resultados. Os exames nacionais tratam educações desiguais ao longo de 12 anos como iguais durante 2 horas e 30 minutos. É por isto que rejeitamos os exames como forma de avaliação! Agora, durante a pandemia, e sempre! Exigimos o fim dos exames, e que a entrada no ensino superior seja feita com base na avaliação contínua!

No ensino superior, há ainda outro problema. Tendo a propina uma base económica, sempre se demonstrou uma maior barreira a nós, a juventude da classe trabalhadora. Sobre o valor da habitação e dos transportes que já não conseguíamos pagar, a propina vem ser mais um peso nas nossas costas. Hoje, os estudantes sem acesso aos espaços das faculdades, sem acesso aos seus recursos e, em vários casos, tendo perdido o trabalho, são chamados a pagar as propinas como se nada se passasse. É contra

nós que se levanta uma maior barreira. Temos de ser nós a derrubá-la!

Isto veio provar, novamente, que a propina nunca se destinou a pagar o nosso ensino, mas sim a beneficiar as grandes empresas e bancos que vivem à custa de negócios com o Estado e exigem “disciplina orçamental”! O ensino só é verdadeiramente público se for de acesso universal e gratuito. O ensino superior, hoje, serve os interesses das grandes empresas que se aproveitam de estágios não remunerados e do trabalho mal pago que depois dos estudos vamos ter. Rejeitamos este ensino! Exigimos o fim das propinas, a devolução aos estudantes do valor pago neste segundo semestre, o fim dos cortes e da privatização do ensino e um investimento massivo na educação para responder às necessidades de toda a juventude de classe trabalhadora.

Os cortes na educação, a manutenção de um ensino que não funciona durante uma pandemia, a propina no ensino superior, nada disto é decidido por nós. Enquanto o ensino estiver nas mãos da burguesia, vai sempre encaminhar-se para a busca do lucro e da formação de força-de-trabalho barata! Rejeitamos esta forma de educação! Exigimos que os espaços de ensino sejam geridos democraticamente por estudantes, professores e funcionários, por aqueles que fazem da educação uma realidade todos os dias, apesar dos ataques que sofrem. Só assim vamos conseguir dirigir-nos para um ensino de qualidade!

Nos cursos onde for possível manter a normalidade e garantir o acesso aos meios de estudo para todos — aqueles em que não são necessários laboratórios, etc. —, a decisão de continuar o ano lectivo deve ser dos professores e estudantes.

No entanto, o governo anunciou que o seu desejo é que se

retorne ao ensino presencial dia 4 de Maio, data na qual a crise do coronavírus ainda não vai estar resolvida! Com uma pandemia, a proposta do governo é fechar-nos em salas, da mesma forma que, aliando-se aos interesses da burguesia, obrigou a classe trabalhadora a fechar-se nos locais de trabalho depois de se movimentar em massa nos transportes públicos. Isto é um ataque à nossa saúde, à saúde das nossas famílias e à saúde de toda a classe trabalhadora!

O Sindicato de Estudantes exige ainda o fim dos despedimentos nas escolas e o fim dos cortes salariais a professores e funcionários! São os professores e funcionários escolares que, em conjunto com os alunos, fazem com que o ensino funcione!

Apelamos a todos os estudantes, pais, professores e funcionários escolares para que apoiem e adiram à campanha pela suspensão do ano lectivo! Lutamos pelos direitos da juventude e dos trabalhadores à educação e à saúde! As nossas vidas acima dos lucros deles!

Pelo nosso direito a uma educação de qualidade, pública e gratuita! Nem um passo atrás!

Suspensão imediata das aulas e cancelamento de todos os exames!

Acesso universal ao ensino superior com base na avaliação contínua!

Fim das propinas e devolução do valor do 2º semestre!

Nenhum despedimento! Nenhum corte!



@SindEstud
@SindicatoDeEstudantes
sindicatodeestudantes.net
sindicatoestudantes2017@gmail.com

